

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.03.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

4.1. Aprovação de Candidatura

4.2. Consulta Prévia

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO

- Escola da Gesteira - Construção de Muro de Suporte

- Adjudicação

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos
Alunos do 1.º CEB

- Contrato-Programa

Ponto 7. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

- Xadrez - Fase Final da Região Centro

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE

- Bar de Apoio - Contrato de Arrendamento
- Adjudicação

Ponto 9. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

- Remodelação das Instalações Sanitárias da Praça Heróis Coutinho e Cabral
- Ajuste Directo

Ponto 10. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. Toponímia

- Espaço Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira - Entre o Castelo e o Rio Anços

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

- Perímetro Externo - Vedação, Drenagem e Arranjos Exteriores
- Homologação de Auto de Recepção Provisória

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DA POUCA PENA E LUGARES
LIMÍTROFES

- Homologação de Auto de Recepção Provisória

Ponto 13. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. PROLONGAMENTO DE COLECTORES

- Ligação Entre o Cemitério de Casal do Cimeiro e a EN 347

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

- Adjudicação

Ponto 14. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO**

. SOURE - ARTESANATO, GASTRONOMIA E CULTURA //2006

- Programa

Ponto 15. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**

. AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO

- Retroescavadora

- Concurso Limitado

Ponto 16. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**

. Beneficiação da Via Marginal ao Canal entre a Ponte de Formoselha e a Ponte do Apeadeiro de Montemor

- Protocolo com o INAG e o Município de Montemor-o-Velho

Ponto 17. **RECURSOS HUMANOS**

. Subsídio de Férias // 2006

Ponto 18. **RECURSOS HUMANOS**

. Estágios - Intep

Ponto 19. **RECURSOS HUMANOS**

. Serviço de Segurança Higiene, Medicina e Saúde no Trabalho

- Propostas de Implementação e do Plano de Actividades

Ponto 20. **CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO**

Ponto 21. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, no período decorrido após a última, a Câmara Municipal se fez representar em várias iniciativas:

*** ACÇÃO SOCIAL**

- No dia 1 de Junho, estivémos presentes, em Alfarelos, no 6.º Aniversário da Casa de Apoio ao Idoso, uma “área” do Centro Social de Alfarelos;

- No dia 23 de Maio, teve lugar uma reunião do Plenário da Comissão Local de Acompanhamento de Acção Social. Como sabem houve um período para apresentação de Candidaturas ao Programa PARES e, praticamente, todas as IPSS`s do Concelho revelaram capacidade e dinamismo para as apresentar em tempo útil. Era entendimento generalizado de que essas Candidaturas teriam que ser obrigatoriamente instruídas com um Parecer favorável do CLAS; já a terminar o prazo, recebemos um ofício da tutela informando que no acto de entrega de Candidaturas tal não se justificaria, por isso, nessa reunião acabámos por não ter que nos pronunciar sobre as Candidaturas que cada IPSS ia apresentar. Adiantámos que, numa ambiência como aquela que estávamos a atravessar, a Câmara Municipal iria propor, enquanto membro do CLAS, que fosse emitido parecer favorável a todas as candidaturas, uma vez que qualquer delas, se vier a ser aprovada, irá contribuir para melhorar a resposta em termos de Acção Social no Concelho.

***SAÚDE**

- Reuni com os Deputados da Assembleia de Freguesia de Alfarelos, a pedido dos mesmos, sobre notícias informais de que poderia haver qualquer risco de encerramento da Extensão de Saúde e dei-lhes nota de que não está previsto, em absoluto, nenhum encerramento de qualquer Extensão de Saúde no Concelho.

Os casos de descentralização que havia para fazer foram atempadamente feitos através de Protocolos, como o de Brunhós e o de Tapeus, bem como a centralização de Degraças/Pombalinho, que poderá vir a ter um mais intenso recurso à Eco-Saúde.

Foi-me também colocada uma questão que se prendia com o funcionamento; naturalmente, remeti a questão para a Direcção de Saúde Concelhia e estará em vias

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

de ser resolvida, quer em termos de anotação de consultas, quer em termos de resposta diária.

- Tive uma reunião com outros Presidentes de Câmara e com o próprio Presidente da ARS do Centro onde ficou claro que, com ou sem razão, com a legitimidade que lhe assiste, o Governo vai insistir e levar por diante aquilo que chamam o final dos SAP's mas que, de qualquer forma, não seriam encerrados sem que fosse explicado, Concelho a Concelho, quais eram as possibilidades de alargamento dos cuidados de saúde já existentes e no pressuposto que qualquer poupança, em termos de trabalho extraordinário resultante de não funcionar o SAP à noite, teria que ser obrigatoriamente afectada, investida no Concelho de Soure, na melhoria dos serviços prestados.

O que me foi explicado é de que, por exemplo, temos o SAP a funcionar 24 horas e depois o atendimento de consultas em regime de “medicina familiar” a funcionar das 8 horas às 17 horas; é natural que venhamos a ser confrontados com o facto do período de atendimento em regime de medicina familiar ser alargado das 8 horas às 22 ou 23 horas e com funcionamento ao fim de semana, em horário que ainda não estará definido, sendo que, para aquele período das 22 ou 23 horas até às 8 horas da manhã, com o encerramento do SAP, deverão ser encontradas, adoptadas soluções alternativas, porventura, através de parcerias entre a Câmara Municipal, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure e a própria A.R.S. do Centro. De qualquer forma, há um entendimento com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho no sentido de que, a haver alguma alteração, deverá começar em simultâneo nos dois Concelhos, assentar num tratamento igualitário. Continuamos a acompanhar de perto este processo, trazendo-vos toda a informação disponível, sendo que a minha opinião assentará sempre no âmbito das balizas da Resolução da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre questões de Saúde.

*URBANIZAÇÃO E URBANISMO

Em 17.11.2004, tínhamos aprovado um primeiro apoio de 20.000,00 euros para a construção da nova Casa Mortuária da Capelania da Fonte da Relva; este investimento iniciou-se em Fevereiro de 2005, ficou concluído recentemente e fomos convidados para estar presentes, na sua inauguração, pelo Centro Cultural e Paroquial da Fonte da Relva, entidade que, em representação dos onze lugares da Capelania, dirigiu, organizou, desenvolveu todo este processo.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Tive a oportunidade de dizer que, independentemente de aspectos de natureza subjectiva, como a arquitectura - se a compararmos com a de S. José do Pinheiro, são claramente opções diferentes que respondem a preocupações semelhantes de comunidades rurais com uma dimensão idêntica -, se trata de um excelente equipamento que irá dar uma resposta que é cada vez mais uma necessidade sentida e definida como prioritária pelos munícipes do século XXI.

* SEGURANÇA PÚBLICA

- No dia 07 de Junho, o Senhor Ministro da Administração Interna, Dr. António Costa, realizou uma visita de trabalho, “presidiu” à inauguração formal do Novo Quartel da GNR de Soure. Para além de rememorar a importância indiscutível do investimento, sensibilizei as Entidades Militares presentes de que o quadro orgânico do Posto da GNR de Soure prevê 24/25 efectivos, mas que neste momento, estão colocados 21 sendo que 3, por razões justificadas, não estão a trabalhar... num Concelho com a nossa dimensão, tendo nós um Quartel de características, indiscutivelmente, modernas, modelares até, a verdade é que nós temos uma preocupação: temos revelado continuar a ser o Concelho do Litoral, do Baixo Distrito, com menor índice de criminalidade, mas, para que isso possa continuar uma realidade, importará substituir o patrulhamento *ad hoc* pelo planeado, programado e para que isso seja possível será absolutamente essencial que o quadro seja dotado de efectivos em número correspondente ao previsto... portanto, sensibilizámos os responsáveis e estamos convencidos que o Posto da GNR será dotado com mais 3 efectivos por forma a que tenha os tais 24 que correspondem ao quadro orgânico e por forma a que possa haver, no domínio da segurança, uma política de proximidade que permita o tal patrulhamento programado.

Aproveitei também, para abordar a questão da entrada em funcionamento, no dia 8 de Maio, do novo Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho... sobre isso, tive oportunidade de dizer o seguinte: já em 1999, o Secretário de Estado da Administração Interna, do então Governo Socialista, a propósito da inauguração da Casa Mortuária na Granja do Ulmeiro, anunciou a inscrição em PIDDAC de um novo Posto da GNR na Granja do Ulmeiro; sucessivos Governos tiveram outras opções e percebeu-se que, manifestamente, essa não se estava a revelar opção de nenhum, sem prejuízo de a Câmara Municipal, desde então, ter incluído sempre no seu Plano Plurianual de Investimentos uma verba para garantir a colaboração na mesma, caso isso avançasse, na aquisição do terreno a disponibilizar para o efeito... continuei dando nota, lembrando, que no passado recente os responsáveis das

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

forças de segurança defenderam que devia haver mais destacamentos territoriais com menos postos na sua dependência, o que foi defendido junto do então Secretário de Estado, Dr. Paulo Pereira Coelho; concretamente que o Destacamento Territorial de Cantanhede deveria libertar alguns postos, incluindo o posto de Montemor-o-Velho... que a Figueira da Foz também... e mesmo Soure deveria deixar de integrar o Destacamento de Coimbra passando a integrar um novo destacamento com centralidade geográfica em Montemor-o-Velho.

Como devem imaginar, informalmente, a minha posição foi de que, a ser verdade que não iria haver Posto da GNR na Granja do Ulmeiro e com esta nova centralidade, era preferível termos um Destacamento Territorial em Montemor-o-Velho sem limitar o que quer que fosse no Posto da GNR de Soure e, por outro lado, dado que o limite do Concelho de Soure está a meio da Ponte à entrada de Montemor-o-Velho, e as Freguesias do Concelho de Soure que, normalmente, levantam mais problemas de criminalidade estão a 4/5 minutos, o que seria importante é que houvesse maior vigilância nessas Freguesias, quer viessem de Soure, quer de Montemor-o-Velho.

A criação do Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, através de despacho do anterior Governo, em Janeiro de 2005, não constituiu, de forma alguma, uma qualquer derrota política para Soure... em nada tem a ver com a capacidade de resposta do novo Posto da GNR de Soure... se quisermos, uma vez que não foi possível até agora conseguir um Posto para a GNR na Granja do Ulmeiro, apesar de tudo, é um factor que nos permite ser mais exigentes e acreditar que a cobertura, nessa zona do Concelho, só poderá melhorar.

* PROTECÇÃO CIVIL/AMBIENTE

Na sequência de um conjunto de variadíssimas reuniões preparatórias de muitos municípios do Concelho, informo que tive o privilégio de ser um dos fundadores da “Saurium Florestal” - Associação para a Floresta no Concelho de Soure; de facto, penso que, com esta escritura de constituição e com a dinâmica que, certamente, se lhe seguirá, iremos reunir condições objectivas para um conjunto de novas e melhores respostas nos domínios do Ambiente e da Protecção Civil. É claramente um ponto de viragem e estamos convencidos que esta Associação, assim que tiver legitimidade e entrar em funcionamento, se poderá e deverá constituir como uma excelente parceira no aproveitamento de um conjunto de mecanismos de apoio, designadamente, oriundos do Programa AGRIS e com o entendimento operacional e institucional que, inevitavelmente, terá que ter com o Gabinete Técnico de Protecção Civil.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

* ILUMINAÇÃO PÚBLICA

No âmbito da política municipal em curso neste domínio, verificou-se mais uma melhoria qualitativa, com a colocação de iluminação amarela, na zona que serve a saída de Paleão para a Figueirinha e junto à Sede Social do Clube de Desportos de Educação Física do Norte e Soure; em Vila Nova de Anços os acessos à ponte sobre o rio Arunca, bem como a zona da rotunda, passaram a estar iluminados de forma adequada.

* REDE VIÁRIA

- Na ligação Soure/Louriçal, não obstante tratar-se de uma estrada regional que, inexistindo poder regional, objectivamente, voltará a ter que ser objecto de investimento por parte da Administração Central, achámos que não deveríamos assistir passivamente à sua degradação... assim temos vindo a fazer um investimento, por Administração Directa, de correcções diversas por forma a melhorar as condições de segurança, naturalmente, não ignorando que a intervenção de fundo terá que ser feita noutro contexto e noutro âmbito.

- No Domingo à tarde, dia 18 de Junho, ocorrerá uma pequena inauguração simbólica no norte da Freguesia de Vinha da Rainha, no Pedrógão do Pranto, do seu Parque de Merendas; foi feito um investimento diversificado, em termos de iluminação pública subterrânea, adequada, remodelação de wc's, colocação de equipamentos para lazer com características ambientais... Iremos, conjuntamente com a Junta de Freguesia, fazer como que um registo simbólico da entrada em funcionamento deste Parque de Merendas requalificado.

- Na última semana de Maio, preparámos o encerramento do III QCA, no que diz respeito a Candidaturas, FEDER; como sabem, tínhamos apresentado três candidaturas à Medida 1.1 com um investimento de $\approx 4.000.000,00$ euros e com uma comparticipação aprovada de $\approx 2.600.000,00$ euros... uma delas estava já encerrada, duas estavam a 90%; para essas duas foram apresentadas reprogramações físico-financeiras finais, os pedidos de pagamentos finais e, portanto, os encerramentos das mesmas.

Depois, tínhamos mais quatro candidaturas no domínio do Ambiente, à Medida 1.2, três delas encerradas a 100%, uma a 90%... para esta última seguimos a mesma metodologia; no global, $\approx 2.000.000,00$ euros de investimento com $\approx 1.300.000,00$ euros de comparticipação aprovada, também encerrados.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Outra candidatura na Medida 1.4 - Requalificação de Aglomerados Urbanos - cerca de 1.500.000,00 euros aprovados, uma comparticipação aprovada de 1.000.000,00 euros; estava a 95%, apresentámos a reprogramação físico-financeira final e foi também pedido o encerramento. Com isto abrimos a porta, de forma sustentada, a uma coisa que está a ser criada pela CCDRC que é a eventual constituição de uma Bolsa de Projectos Alternativos, isto é, neste período de encerramento do III QCA, se vierem a existir overbookings nalgumas medidas, as Câmaras Municipais poderão apresentar candidaturas ainda que não esteja garantida uma comparticipação total a estes investimentos. Assim, estamos já a preparar mais três candidaturas no domínio do Ambiente, de acordo com as regras dos mercados públicos, no sentido de podermos aproveitar esta Bolsa de Projectos Alternativos.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “na área do Desporto e Tempos Livres, recebemos, no Salão Nobre, três comitativas de Cicloturismo: no dia 28 de Maio, a Associação Recreativa e Musical 4 de Abril do Carvalhal de Azóia; no dia 4 de Junho, a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Simões e no dia 11 de Junho, a Associação Cultural, Recreativa dos Lousões.

No dia 28 de Maio realizou-se o XII Concurso Convívio de Pesca no Rio Arunca organizado pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - Direcção Distrital de Coimbra.

Aproveitava para dizer que a Câmara Municipal tem feito alguns melhoramentos nos rios, criando boas condições para a prática da pesca desportiva. Nos últimos tempos, em quase todos os fins-de-semana, tem havido provas desportivas de alta competição e é sempre gratificante, para todos nós, escolherem os rios de Soure para este tipo de iniciativas.

No dia 10 de Junho, realizou-se o 4.º Passeio de BTT nocturno organizado pelo Grupo “Cascos e Rolhas”, uma iniciativa interessante e que envolveu mais de 100 participantes.

No dia 4 de Junho, o Senhor Chefe de Gabinete Américo Nogueira, esteve presente no encerramento do 1.º Torneio Inter-localidades, organizado pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Redinho.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, dizendo: “na área da Educação, no dia 10 de Junho, estive presente na festa de encerramento da Semana Cultural do Instituto Pedro Hispano que promoveu um programa de actividades extremamente enriquecedor para os alunos e que envolveu toda a comunidade educativa.

11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Junho de 2006

No dia 27 de Maio, recebemos os antigos alunos do Magistério Primário de Coimbra, designadamente do Curso de 1958/1960, que se encontram regularmente. Este foi o 46.º Encontro.

Na próxima semana, de 19 a 23 de Junho, a Câmara Municipal vai acolher, pela terceira vez, a Casa do Ambiente, um equipamento da ERSUC que promove acções educativas dirigidas, sobretudo, à população escolar. Naturalmente, pretendemos continuar a contribuir para sensibilizar a população escolar para a recolha selectiva e, a partir dos alunos, fazer chegar a mensagem à comunidade. Vão participar nestas visitas os alunos do Pré-Escolar e do 1.º CEB; consideramos que quanto mais precocemente se envolverem tanto melhor serão as atitudes cívicas no futuro.

Na área da Cultura, começou o Ciclo de Festivais de Folclore do ano 2006; temos uma forte actividade e dinamismo a este nível.

No dia 27 de Maio ocorreu o primeiro Festival de Folclore deste ano organizado pelo Grupo Folclórico e Etnográfico de Alfarelos, concretamente o 11.º Festival Nacional de Folclore.

No dia 03 de Junho, ocorreu o 17.º Festival Internacional de Folclore do Grupo Etnográfico de Samuel e no dia 10 de Junho, o 19.º Festival Nacional de Folclore do Rancho Folclórico do Centro Social do Sobral que comemorou o seu 34.º Aniversário.

Ainda no dia 3 de Junho, a Orquestra Vilanovense comemorou o Dia Mundial da Criança, através de um Concerto com a sua Orquestra Ligeira.

Gostaria de fazer um brevíssimo balanço acerca da 9.ª Semana do Livro e da Cultura que decorreu de 22 a 28 de Maio. Penso que se cumpriram os objectivos subjacentes a esta iniciativa; houve uma forte participação da comunidade escolar: estiveram envolvidos mais de 2000 alunos em diferentes actividades, do Pré-Escolar ao Ensino Secundário; uma participação também significativa de duas centenas de idosos numa acção especificamente preparada para eles. Um envolvimento cultural de grupos musicais, de folclore e teatro do Concelho. Naturalmente, também o envolvimento da comunidade em geral que seleccionou e participou nas acções que mais atraíram cada sensibilidade, daí o programa ser diversificado; cada acção é procurada conforme os gostos específicos de cada um.

Queria deixar um agradecimento a todas as Instituições, quer escolares, quer culturais que participaram com empenho e entusiasmo. Salientar a conjugação de esforços ao nível dos recursos humanos de diferentes áreas da Autarquia que, como habitualmente, trabalharam com empenho e prazer nesta iniciativa que pretendemos que continue a ser uma Festa do Livro e da Cultura.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Na área da Saúde, estive presente, em representação do Senhor Presidente de Câmara, numa Sessão de Esclarecimento sobre a Doença de Alzheimer promovida pelo Centro de Saúde de Soure onde estiveram presentes Técnicos de Serviço Social das várias Instituições do Concelho e Técnicos da área da Saúde.

Foi uma acção extremamente interessante sobre uma doença que interfere com o seio familiar.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, dizendo: “começava por apresentar um conjunto de questões resultantes de uma visita que a CDU fez a Figueiró do Campo e das várias situações que sinalizámos que irão ser levantadas em Assembleia Municipal mas duas delas gostaria de apresentar aqui.

Por um lado, gostaria de alertar a Autarquia e o Senhor Presidente para o número elevado de casas em ruínas que se encontram nestes lugares que compõem a Freguesia de Figueiró do Campo e algumas delas até em tal estado de degradação que põem em perigo a vida de pessoas que por lá passam, portanto, temos/deveremos actuar neste sentido alertando as pessoas e os seus proprietários para a necessidade de acautelar, deitar abaixo estas casas, tomando medidas neste sentido.

Outra situação que gostava aqui de falar tem a ver com a necessidade de construção de Capelas Mortuárias, tanto no Casal Cimeiro, Casal de São Pedro, Figueiró do Campo como Ribeira da Mata. É uma necessidade sentida por toda a população e lembro-me disto porque há pouco tempo inaugurámos uma e temos que encarar esta situação nesta Freguesia e nestas localidades.

Também a necessidade de construção de casas de banho nos cemitérios existentes nesta Freguesia.

Ponte de Eiras, continuamos a dizer que é necessário encontrar alternativa para proteger a ponte que lá está e encontra-se muito mais degradada do que quando levantei aqui a questão, ainda como membro da Assembleia Municipal. Tenha ela o valor histórico que lhe queiramos dar, tem que ser preservada e tem que ser construída uma, alternativa ao seu lado; também limpar o espaço adjacente. É uma necessidade urgente.

Por outro lado, gostava de reforçar a intervenção do Senhor Presidente de Câmara sobre a inauguração do novo Quartel da GNR e para a necessidade de reforço de efectivos. É, sem margem para dúvidas, uma grande necessidade sentida por todo o Concelho, pela própria Vila porque só com o aumento de efectivos é que conseguimos ter acções de patrulhamento que garantam a segurança das pessoas.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Gostaria de ler uma notícia que vem no Correio da Manhã para que se entenda o que pretendo dizer: *“o Rio Mondego, desde Alfarelos até à foz, foi ontem percorrido por Bombeiros e Autoridades Policiais em busca de um homem de 50 anos que caiu à água quando procedia a trabalhos de limpeza de pontões. As operações de busca foram prejudicadas pela forte corrente do rio e pelas águas muito turvas a que se juntava a presença de um número indeterminado de redes de pesca e limos. Vítor Manuel Fonseca Ramos caiu à água pelas 17 horas na passada sexta-feira no Rio Arunca, em Alfarelos”*. Entre parêntesis têm Montemor-o-Velho.

Os Bombeiros Voluntários de Soure tiveram a sua intervenção nestas buscas, quando se interrogam os próprios colegas que tentaram ajudar este trabalhador, não havia qualquer meio de segurança sobre este trabalhador, ou seja, verificou-se que não havia cordas, coletes de segurança, não havia rigorosamente nada. Este trabalhador trabalhava numa empresa que estava a limpar os pontões, é uma obra da SISACUA e foi entregue pelo INAG.

Senhor Presidente, porquê esta notícia? Esta notícia, lamentavelmente, envolve um rio que passa por Soure, o trabalho dos nossos Bombeiros, a morte de um trabalhador... mas porquê isto? Porque é que a Câmara Municipal de Soure, como a da Figueira da Foz, a de Montemor-o-Velho, como todas as outras, adjudicam muitas obras a empresas que não garantem a segurança dos seus trabalhadores e não cumprem aquilo que a lei lhes diz que devem fazer e, efectivamente, depois a responsabilidade é partilhada. Neste caso, ninguém assume a responsabilidade em relação a este trabalhador, toda a gente tenta fugir e é muito interessante verificar que os meios de salvamento só foram comprados a seguir, numa loja da Figueira da Foz... mas isso não tem a ver com a Câmara Municipal de Soure, o que estou a tentar alertar é que é necessário, quando adjudicamos uma obra, que tenhamos a preocupação de saber se as empresas a quem fazemos esta adjudicação garantem, efectivamente, os preceitos legais.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, dizendo: “vou fazer com que a minha intervenção se subdivida em duas áreas: uma primeira com alguns assuntos que gostaria que fossem hoje aqui abordados entre nós e a segunda parte advém das considerações que foram feitas até agora e que, merecendo toda a atenção, não deixam, contudo, de me fazer questionar sobre alguns assuntos aqui tratados.

Nesse sentido quero dizer que no âmbito das visitas de trabalho/reuniões que estamos a realizar às Freguesias do Concelho de Soure fizemos, recentemente, uma visita à Freguesia de Alfarelos, nomeadamente, nos dias 26 e 27 de Maio.

Essas reuniões tiveram o cariz de fazer com que houvesse um conjunto de problemas que fossem levantados pelos Autarcas Locais, Empresários, Dirigentes

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Associativos e pelas Populações que, da nossa parte, mereceram toda a atenção, respeito, todo o interesse em que alguns desses assuntos fossem aprofundados, porventura, em relação a alguns deles também já Vossa Excelência se referiu quando, na primeira parte da sua intervenção, se detalhou sobre os problemas ligados à Saúde, naquela zona do nosso Concelho.

Dava-vos nota de que grande parte das preocupações dos populares, nomeadamente todas as pessoas que, embora vivendo em Alfarelos, fazem a sua vida laboral em Coimbra e tem a ver com a Estrada 341. Rede Viária pareceu a todos eles uma peça importante que retira qualidade de vida às populações de Alfarelos, naturalmente este é um facto do conhecimento de todos nós, não é, porventura, em relação a esta estrada que vamos encontrar pontos de desacordo porque certamente todos estamos de acordo que a estrada está má e tudo temos que fazer para que a mesma, o mais depressa possível, consiga ser um ponto de ligação e não de desunião entre aqueles que vivem no Concelho de Soure e trabalham fora e aqueles que vindo de fora querem vir ao Concelho de Soure.

Foram referidos também aspectos ligados ao PDM; há uma preocupação muito sentida das populações em relação à intromissão de blocos de apartamentos no meio das vivendas e das casas tradicionais; há uma descaracterização da localidade de Alfarelos que aflige as pessoas mais atentas, aflige as pessoas que têm uma preocupação mais actual, mais contemporânea, mais moderna em relação àquilo que deve ser a manutenção dos aspectos peculiares de uma comunidade como é, neste caso, a de Alfarelos.

Também ao nível do PDM, mostraram-se preocupados em que a inevitabilidade da alteração do PDM em relação àquela zona não permita o continuar de situações desta natureza de modo a que Alfarelos não se transforme num dormitório descaracterizado e inibidor de uma vida saudável e de uma qualidade de vida das populações.

Ainda no conjunto das visitas que fizemos, nomeadamente, aos sectores industriais da Freguesia, aquilo que notámos foi um conjunto de cidadãos que investiram e que têm a sua rentabilidade assegurada pelos investimentos que fizeram; notámos algum desafogo empresarial por parte dos empresários que têm a sua sede em Alfarelos; as visitas que fizemos às fábricas permitiram-nos chegar à conclusão que todos eles, quer seja no ramo da construção, quer no ramo metalúrgico, quer no ramo da própria venda de materiais de construção, pareceu-nos que a situação económica que eles viviam era relativamente desafogada não fosse as dificuldades que o País também sente neste momento, nomeadamente algumas pessoas deram nota disso, da dificuldade de receberem em relação às vendas que efectuam. No

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

caso específico de um empresário na área metalúrgica foi-nos dado nota da preocupação recente, exactamente, no alargamento da sua própria “nave” industrial. O que ele afirma, de uma maneira muito clara, é que se não forem criadas condições rapidamente para que ele possa alargar o seu negócio, verá como inevitável a possibilidade de retirar a sua empresa daquela zona e passá-la para outra área do Concelho ou de Concelhos limítrofes onde esse alargamento seja possível e estamos a falar, especificamente, numa fábrica da área metalúrgica até porque estranhámos nós, mesmo em frente a essa fábrica e no espaço que existe entre a fábrica e a estrada calcorreada e onde passam largas centenas de pessoas por dia foi aprovado um loteamento, o que permite uma confusão estranha que é haver uma estrada, haver um loteamento e nas traseiras deste haver uma fábrica metalúrgica, portanto, parece-nos ser uma situação que certamente Vossa Excelência terá o cuidado de averiguar junto dos serviços técnicos da Câmara se isto é uma situação que é possível, se é uma situação que interessa ao Concelho ou não.

Também na Etar e no Saneamento Básico foi, como é natural, dado nota da necessidade urgente de um reforço na área do Saneamento Básico; a Etar pareceu-nos não estar a funcionar nas melhores condições mas isso, certamente, os técnicos da Câmara poderão avaliar.

Também ao nível das Piscinas, do Pavilhão Gimnodesportivo, as pessoas continuam a questionar-se porque é que numa zona relativamente distante da sede do Concelho não existem infra-estruturas desportivas que permitam às pessoas terem uma ocupação de tempos livres e uma prática desportiva sadia.

Foi também focado pelos Autarcas de Alfarelos, nomeadamente numa reunião que tivemos com todos os eleitos de Alfarelos a que faltou só um dos representantes da Assembleia de Freguesia exactamente porque a essa mesma hora tinha uma reunião aqui em Soure mas aí foi, claramente, dado nota de que este problema do médico de família urge ter uma solução o mais rápido possível porque debalde justificações dadas para a possibilidade da médica só poder dar seis consultas por dia, aquilo que pareceu estranho às pessoas é que essas consultas só podem ser efectivadas por um telefonema, ou seja, as pessoas querem uma consulta mas não podem ir lá marcar a consulta, têm que fazer um telefonema para marcar a consulta que é uma coisa absolutamente estranha no meu modesto ponto de vista.

Também foi dado nota de que os correios só abrem às 09,30 horas, o que não possibilita que as pessoas, antes de se dirigirem para os serviços, possam deixar as cartas no correio.

De qualquer maneira, no computo geral queria agradecer a maneira extremamente afável, atenciosa com que fomos recebidos pelos autarcas, agentes locais, agentes

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

políticos, agentes económicos, agentes associativos que sentiram um sentido apurado de democracia e um sentido apurado de que é em diálogo e em confronto de posicionamento político em relação àquilo que é o futuro do nosso Concelho. Os meus agradecimentos foram feitos pessoalmente a cada um deles, dei nota ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia para transmitir a todos os seus colegas os meus agradecimentos e não queria deixar de dar essa nota também aqui.

Ainda neste campo da visita à Freguesia de Alfarelos, há determinados aspectos que me parecem que devem ser rapidamente ponderados por nós; aquilo que eu senti, e é um sentimento que pode ser pessoal mas que eu acho que deve merecer alguma reflexão da nossa parte, é uma força centrípeta a afastar aquela zona da sede do Concelho e notei que as populações começam a estar muito mais viradas para outras zonas limítrofes como Coimbra e Montemor-o-Velho, o que deverá merecer da nossa parte um empenho total para que o nosso Concelho seja uno, coeso e que todas as pessoas se assumam como Sourenses e pertencentes a um Concelho que é o nosso.

Senhor Presidente, ainda nesta primeira parte da minha intervenção, devo dizer-lhe que recebi o convite que entendeu dirigir-me para que estivesse na visita ao Quartel da GNR; devo dizer que recebi o convite no próprio dia mas confesso que depois da sua explicação fiquei com a ideia que, efectivamente, houve alterações contínuas de datas e, portanto, não pôde avisar em devido tempo. Infelizmente, tendo recebido o convite no próprio dia, não pude estar presente, de qualquer maneira, como é sabido, é uma obra que nos orgulha, que nos apraz registar como sendo de utilidade óbvia para o Concelho de Soure, para as forças da ordem, para a manutenção da ordem pública porque tudo o que tenha a ver com segurança e manutenção da ordem pública é uma obrigatoriedade de reflexão e de apoio por parte dos Autarcas.

Para terminar, mais dois aspectos: um deles tem a ver com uma leitura que fiz, e peço especificamente que me responda a esta questão que lhe vou colocar não só porque é uma questão que me deixou perplexo mas que, naturalmente no que lhe diz respeito será do seu interesse e do interesse colectivo que exista uma justificação para isto já que no “Diário de Coimbra” há uma notícia no campo do Desporto em que diz que o treinador do Sourense vai continuar a exercer essas funções por intervenção directa do Senhor Presidente da Câmara. Devo dizer que não quis acreditar no que estava a ler, naturalmente li com mais cuidado mas no corpo da notícia é referido especificamente que o Senhor Treinador do Sourense, José Viterbo, decidiu sair do clube, por motivos que só lhe dizem respeito a ele e à Direcção do Sourense, agora o que nós, como leitores e atentos da realidade social

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

do Concelho de Soure nos deve preocupar é que este treinador diz que só fica a treinar o Sourense por intervenção do Presidente da Câmara Municipal. Queria, em nome de todas as pessoas que acompanham a vida social, que Vossa Excelência nos pudesse explicar como é que impediu que o treinador fosse embora e, pelo contrário, o que é que disponibilizou para que o treinador pudesse continuar a desempenhar as suas funções de treinador do Sourense.

Por último, quero-lhe dizer que depois de ser chamado à atenção para as suas declarações naquela crónica quinzenal que vamos fazendo na rádio de análise das reuniões de Câmara, Vossa Excelência utiliza expressões aquando da sua análise da reunião de Câmara que, no meu entendimento, não são merecedoras de serem ditas por alguém que é Presidente de uma Câmara Municipal, com responsabilidade exigível a um Presidente de Câmara. Vossa Excelência refere-se a nós, oposição, como “aquela gente”... eu quero dizer que nunca me referi a Vossa Excelência com expressões desta natureza, nunca ninguém me ouviu dizer isso mas, de qualquer maneira, Vossa Excelência disse tal, como refere coisas estranhíssimas porque em relação a tomadas de posição que nós temos na Câmara Municipal, tomadas de posição democraticamente dignas e válidas, mas Vossa Excelência diz que nós dizemos coisas sem jeito nenhum. Se isto é um pensamento que lhe assiste é algo que não deve dizer porque eu também entendo que Vossa Excelência diz coisas sem jeito nenhum mas eu não o digo desta maneira, nunca ninguém me ouviu dizer que o Presidente da Câmara diz coisas sem jeito nenhum. Eu acho que este cuidado que tem que haver no relacionamento e no tratamento entre pessoas urbanas, pessoas educadas, que somos todos nós, deve merecer, da sua parte uma análise mais ponderada e pedia-lhe claramente que não utilizasse expressões jocosas que denigrem ou apoucam aqueles que são os seus colegas do Executivo. Se há normais de discussões democráticas e quentes aqui nesta Câmara Municipal, naturalmente, aquilo que depois tentaremos veicular ao público é o produto da nossa discussão e não expressões que adjectivam aquilo que pensamos em relação aos outros, o que fica mal no meu entendimento no jogo democrático.

Tal como Vossa Excelência diz, nomeadamente ao caso daquela apreciação que fizemos sobre o subsídio para o Sourense em que dissemos que o Sourense nos merece toda a credibilidade e todo o apoio só que não votávamos favoravelmente porque Vossa Excelência era Dirigente do Sourense. Atreve-se a dizer, não explicando qual foi o nosso sentido de voto mas explicando que houve gente que se absteve, Vossa Excelência diz que nesse caso nós assobiamos para o ar, portanto, a sua caracterização de uma posição política de eleitos locais sobre uma matéria sobre a qual explicámos o sentido de voto é de que assobiamos para o ar.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Quero-lhe dizer que já há muito tempo que não assobio para o ar Senhor Presidente, lembro-me de assobiar para o ar quando andava com o meu avô a guardar o gado, as ovelhas e geralmente assobiava para o ar quando alguma ovelha tresmalhada abandonava o grupo e geralmente era comida por um lobo...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “essa questão da ovelha e do lobo devolvo-lha exactamente com o mesmo sentido com que a proferiu... e Vossa Excelência sabe tão bem, ou melhor do que eu, porquê.

Em matéria de relacionamento e tratamento, gostaria de dizer que a forma como abordo todas as questões tratadas, quando dou qualquer entrevista sobre a reunião de Câmara, corresponde exactamente ao mesmo sentido com que usei da palavra durante a dita reunião de Câmara. É evidente que tenho todo o direito democrático de me pronunciar, sem mentir, sobre aquilo que é o meu entendimento sobre o posicionamento democrático dos outros, cuja legitimidade eu nunca questionei nem questionarei, mas que politicamente não deixarei de criticar, porque como Vossa Excelência ainda agora disse, convenhamos que, não votar favoravelmente, abster-se numa proposta de Apoio ao Investimento, apenas e só, porque um Dirigente da Mesa da Assembleia Geral é membro do Executivo em permanência... enfim, é uma posição legítima, como disse e bem, e sabe que o é, mas é uma decisão que politicamente merece, do nosso ponto de vista, a mais veemente crítica, ainda por cima vinda de um membro do Executivo que estando sempre a repetir o respeito, afecto e consideração pela Instituição, nem associado é da mesma para, em sede própria, poder abordar esses assuntos.

É espantoso como é que autarcas eleitos, que nem associados são das colectividades, estão tão preocupados com as mesmas e, ao longo da sua história... nunca ninguém os viu por lá a não ser em períodos pré-eleitorais.

Pôs questões concretas, questões do estilo “Grupo Desportivo Sourense/Treinador - intervenção directa do Senhor Presidente da Câmara”... não perco muito tempo a comentar ou deixar de comentar o que dizem os jornais, só quando põem em causa, com mentiras, a gestão municipal... o que lhe posso adiantar é que já houve eleições democráticas no Sourense; o Sourense tem um novo Presidente da Direcção que tem conduzido, como entende, todas as negociações e eu não participei em negociação alguma, nem com treinadores, nem com jogadores... de maneira que negociações existem na cabeça de alguns mas não fazem parte do meu quotidiano e muito menos negociações sobre matérias com as quais nunca tive a ver enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral, menos tenho a ver quando, por opção própria e nunca pressionado, entendi que deveria deixar de o ser, até porque o

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

novo Presidente da Direcção é Presidente da Assembleia Municipal de Soure. Se o Senhor José Viterbo, Treinador do Sourense, disse que ficou em Soure por intervenção directa do Senhor Presidente da Câmara, resta-me dar-vos nota que agradeço a grande confiança que ele, certamente, terá em mim no sentido de acreditar que haverá políticas municipais que dêem consistência ao Sourense, mas, lamento decepcionar-vos pois nunca tive qualquer negociação, nem com esse treinador, nem com outro... se algum dia quiser perceber como é que isso funciona tenho uma coisa a fazer, é candidatar-me a Director de um Clube Desportivo. Como até ao momento ainda não o fui, é matéria que me tem passado, como sempre, completamente ao lado.

Diz que as declarações que eu possa ter produzido na rádio espantou quem as ouviu... porquê? Foram pessoas que estiveram na reunião de Câmara e que acharam que o que foi dito por mim na rádio não corresponde ao que disse aqui?... Que eu saiba, embora as reuniões sejam abertas, não vi cá ninguém a assistir, portanto, depreendo que possa ter sido o Senhor Vereador. Se foi o Senhor Vereador acho que faz muito bem ouvir cada vez com maior atenção aquilo que eu digo porque eu assumo sempre o que digo.

Em matéria de relacionamento e tratamento a questão não é uma questão de urbanidade, a questão, de uma vez por todas, é uma questão de educação e de verdade. Eu pauto o meu comportamento na vida, sempre, pela verdade e pela educação. Quando não tenho de seguir convenções assumo que não as sigo, mas não sou hipócrita... agora, há uma coisa que eu falo, é verdade, e estou sempre à vontade para que investiguem toda a minha vida com base em verdade. De maneira que em matéria de relacionamento e tratamento, os meus valores são estes: verdade e educação, são os dois valores de que não me afasto e respondo por tudo aquilo que faço e digo.

Questão do Quartel da GNR... não houve mudanças de datas; o que houve foi que havia uma visita ao Distrito de Coimbra e eu sabia, como vos disse a todos na reunião anterior, que havia uma inauguração formal na Quarta-feira à tarde e o que houve foi, praticamente até à véspera, muita dificuldade em se perceber a que horas é que o Senhor Ministro estaria aqui... por isso não foram feitos convites sem antes se ter a certeza; por isso os convites foram feitos mais tarde e entregues pessoalmente. Se, porventura, não lho entregaram, acho estranhíssimo, até porque todos os serviços tiveram ordens para fazer os contactos entre as 18,00 horas e as 21,00 horas, sendo que já na reunião anterior eu tinha dito que isso estava previsto para essa Quarta-feira, da parte da tarde, tinha era dúvidas sobre a questão da hora.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Não houve a menor intenção de criar a menor dificuldade, pelo contrário, houve o esforço de tudo fazer para que todos pudessem estar presentes.

Relativamente às visitas de trabalho que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata fizeram à Freguesia de Alfarelos... vejo com muito bons olhos, e também não tenho que ver, mas não me custa afirmar, como Presidente de Câmara, que me agrada sobremaneira que os eleitos façam este tipo de visitas com regularidade, que procurem auscultar junto das populações aquilo que mais as preocupa porque, embora eu faça isso amiúde e até porque decorre do exercício das minhas funções em permanência, admito que, às vezes, mais do que um a ouvir não se perde nada, pelo contrário. Sobre os considerandos que fez gostaria de lhe dizer o seguinte: é verdade que a questão da estrada de ligação a Coimbra, a estrada da margem do Mondego, é talvez a questão que mais preocupa os residentes naquela zona do Concelho e também é verdade que a Câmara Municipal, com todos os Governos, tem feito um esforço enorme no sentido de perceber o que é que se passa e dar sugestões... inclusivamente a última sugestão que demos, foi no sentido de que se existem ainda problemas quanto à questão da ligação Alfarelos/Montemor-o-Velho mas se, em definitivo, ultrapassaram o problema da definição do corredor de Arzila/Alfarelos, que dividam o investimento em duas fases e que façam o Arzila/Alfarelos e que não estejam à espera de definir os fundos que custearão a ligação Alfarelos/Montemor-o-Velho para que não se perca mais tempo porque, mesmo para Montemor-o-Velho, seria óptimo que resolvessem o problema do corredor Arzila/Alfarelos. De maneira que concordo com aquilo que disse quando avançou/adiantou que não era por situações desta natureza que poderiam resultar divergências políticas, quando muito, se bem depreendi, diferenças metodológicas em termos de abordagem da questão.

Questão do PDM... devo dizer que não concordo quando se diz que Alfarelos é, neste momento, uma Freguesia com muita intromissão de blocos de apartamentos nas zonas de vivendas e que se espera uma alteração ao PDM para evitar que continuem situações dessa natureza. Se formos a Alfarelos, para além dos limites que já decorrem do nosso PDM - rés-do-chão mais três -, os nossos serviços técnicos têm tido a preocupação de praticamente estimular/incentivar, condicionando bastante a questão dos imóveis em altura, a questão das vivendas, geminadas ou não. De maneira que, nos últimos anos tenho sensibilizado os serviços para que questões em altura devam ser o mais possível evitadas, só em situações de não agressão e passou-se a exigir que casos desses, sejam de loteamentos ou edifícios, embora a lei a tal não obrigue, sejam acompanhados de

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

estudos tridimensionais para não termos que decidir apenas com base nos técnicos que dizem que a lei está respeitada...

Penso que fez muito bem em visitar os empresários para tirar conclusões que nós, aliás, já possuíamos; se há um empresário que está com problemas de espaço, evidentemente que deve colocar as questões em sede própria para que possamos aquilatar da possibilidade de cruzar o interesse social com o interesse individual e certamente que o faremos desde que não estejamos perante mais um caso daqueles em que parece que o que é importante é dizer que não teve eco ou não foi ouvido. Nós estamos aqui para resolver, para acarinhar, para captar emprego e não para afastar emprego, temos orgulho e satisfação no emprego que é criado e não cuidamos de encontrar qualquer “arma de arremesso” político apenas porque nos dá ou deixa de dar jeito.

Questão da Saúde... não abordei esta questão na perspectiva de Alfarelos; dei nota que tive uma reunião com a Assembleia de Freguesia de Alfarelos, percebi quais eram os problemas, veiculei-os e espero que os mesmos venham a ser resolvidos. A questão de Alfarelos é tão simples quanto isto: a médica de Alfarelos que, dizem os Alfarelenses, é uma excelente médica, tem estado doente; durante a sua ausência a Administração Regional de Saúde não a substituiu e então fez como que uma rotação pelos médicos existentes e iam sendo vistas cerca de dezoito pessoas/dia, excepto no dia em que, como era por rotação, não havia. A médica ficou quase curada e, antecipando aquilo que seria o momento da cura, fez questão de ir trabalhar mas a atender só seis pessoas/dia e a Direcção do Centro de Saúde bateu palmas à atitude da médica mas eu não compreendo nem aceito essa atitude porque eu posso compreender que uma médica, sem estar completamente em condições, venha trabalhar mas os munícipes não têm culpa de por causa disso tenham uma resposta diminuída de dezoito para seis consultas; portanto, este é que é o problema de fundo. O facto da médica ter vindo trabalhar sem estar ainda completamente capaz de dar a resposta habitual não deveria ter permitido acabar com a rotação porque, ao fim e ao cabo, passaram apenas a ter seis consultas/dia, marcadas por telefone. Uma situação inverosímil.

Quanto à intervenção da Dra. Manuela Santos, as mesmas considerações sobre a visita que fez a Figueiró do Campo.

Quanto à questão das Casas Mortuárias dizer que há alguns pedidos de apoio de lugares, de Capelanias da Freguesia de Figueiró do Campo mas, como sabe, normalmente, se nós aprovamos um Plano Plurianual de Investimentos, com cerca de 10.000.000,00 euros inscritos, o habitual é utilizarmos 1,5%, na rubrica Urbanização e Urbanismo, sub-rubrica Casas Mortuárias. Quer isto dizer que se

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

andarmos a apoiar a construção de Casas Mortuárias em comunidades rurais, normalmente com uma dimensão similar e que apoiamos com um montante inicial de 20.000,00 euros e depois um reforço de 10/15.000,00 euros; estes apoios variam caso a caso, entre os 20/25.000,00 euros e os 30/35.000,00 euros dependendo da comunidade a que se destina... isto significa que, por ano, temos condições objectivas para aprovarmos quatro apoios deste género, portanto, é isso que temos vindo a fazer, não numa base do óptimo mas numa base do possível.

Questão da Ponte... os serviços estão a desenvolver um caderno de encargos e uma proposta para que possamos aprovar a abertura do correspondente concurso para a construção da nova ponte, aliás, na sequência de uma série de reuniões de trabalho e visitas ao local.

Depois, deu aqui o exemplo da morte de um trabalhador de uma empresa a quem haviam sido adjudicadas obras por parte do INAG e que, portanto, neste caso, as Câmaras Municipais de Soure, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz... não é correcto que se diga que estas Câmaras poderão adjudicar obras a empresas que não garantam... porque quando é feito o programa de concurso, instrumento apenso ao concurso, é claramente dito que essas empresas devem verificar o previsto na legislação aplicável.

Questão do número elevado de casas em ruínas em alguns lugares da Freguesia de Figueiró do Campo... não estou em condições de me pronunciar sobre isso e pedia que tomassem a devida nota para sobre isso, construtiva e positivamente, me poder pronunciar; evidentemente que são questões que nos preocupam e que devem merecer a atenção legalmente possível.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “devo dizer que acredito no que digo e se Vossa Excelência diz que se pauta pela educação e pela verdade não sou eu que vou contestar esse seu sentimento. Vossa Excelência tem a sua verdade, o Treinador do Sourense tem a dele, eu acredito que é no currículo do Treinador do Sourense que eu vou retirar a solução para este caso porque ele também treinou o Fátima e, por isso, isto pode ser claramente um milagre, que são duas pessoas a ter verdade sobre o mesmo assunto mas, de qualquer maneira, este não é o fórum correcto para este assunto ser dirimido...

Vamos falar de assuntos que resultaram da sua intervenção e que merecem a nossa preocupação: um deles tem a ver com o SAP. O SAP pode transformar-se numa situação que nos vem agonizando de há uns meses a esta parte que é, tudo o que mexe há que fechar; o Governo tem brincado com os pais, com os professores, com os Autarcas e agora também quer brincar com a Saúde e com os doentes.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Acho que isto é, naturalmente, uma situação que deve merecer, e vai merecer, o nosso mais vivo repúdio porque situações desta natureza nós não podemos admitir, nem nós nem qualquer representante de uma força que “apadrinhou” uma candidatura à Câmara Municipal de Soure, não podemos admitir situações desta natureza porque nós representamo-nos a nós e a outros que pensam como nós.

Em relação à situação do Centro de Saúde de Soure e, nomeadamente, ao SAP vamos contestar vivamente esta situação e peço ao Senhor Presidente que quando diz que não compete à Câmara Municipal de Soure contestar ou aplaudir, peço-lhe que conteste como nós vamos fazer e conteste com toda a sua força, com toda a sua posição e com todos os mecanismos que tem ao seu alcance para que uma situação desta natureza não ocorra. Não se pode trocar a população e os doentes do Concelho de Soure por questões de dinheiros gastos à noite, esta situação é inacreditável, não é só o que acontece, naturalmente, no Concelho de Soure mas noutros Concelhos, mas é inacreditável o que está a acontecer. Peço que Vossa Excelência se empenhe, naturalmente como nós nos iremos empenhar, a que esta situação não ocorra e peço também que, tal como nós, entenda que esta questão do SAP é um “sapo” para o Governo que nós não estamos disponíveis a engolir. Esta é uma situação que nunca nos fará calar e iremos tomar posições ao nível concelhio e ao nível distrital muito rapidamente sobre esta situação, não iremos admitir situações desta natureza e repugna-nos que situações que acontecem e que estão a acontecer ao nível da saúde dos Portugueses, estejam a ser tratadas com a ligeireza com que o Governo as está a tratar, com a saúde dos Portugueses não se brinca e está-se a brincar com a saúde dos Portugueses e com o serviço público que os Portugueses têm direito ao nível da saúde. Nem todos têm dinheiro para se socorrerem de médicos especialistas, de grandes craques da medicina Portuguesa, há o povo humilde que não tem essas condições e o povo humilde quando tiver alguma situação ao fim de semana, de noite, pode colocar em perigo a vida da pessoa que tiver esse problema e não é naturalmente uma decisão de bombeiros, se vamos leva-lo para Condeixa ou para Coimbra..., quem é que vai resolver a situação, porque Vossa Excelência sabe, porque vê televisão, o que aconteceu àquela mãe de Elvas, já que a Maternidade tinha encerrado, teve que ir para Évora e o filho morreu. Não podemos brincar com estas situações; não podemos brincar com a saúde.

Segunda situação, a Visita do Senhor Ministro da Administração Interna ao Quartel da GNR de Soure. Vossa Excelência fez uma explanação sobre os patrulhamentos *ab doc* e planeados, confesso que não sou polícia, tenho algum conhecimento familiar dessa matéria mas não consigo distinguir o que é um patrulhamento *ab doc*

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

e um patrulhamento planeado. O Senhor Presidente diz que a nossa segurança é boa, então devemos continuar com o patrulhamento *ab doc*, de qualquer maneira aquilo que lhe quero dizer é o seguinte: naturalmente nós temos vindo a ser alvo de algumas promessas não cumpridas no Concelho de Soure. Houve um Secretário de Estado de um Governo Socialista, segundo a sua expressão, que inscreveu em PIDDAC o Quartel da GNR da Granja do Ulmeiro que nunca ninguém viu...de qualquer maneira outros Secretários de Estado de outros Governos, que Vossa Excelência tão bem conhece, não precisaram de grande promessas, não precisaram de grandes alterações de um dia para o outro e concretizaram a obra. O Quartel da GNR de Soure que agora foi visitado pelo Senhor Ministro foi uma obra fundamentalmente, confesso que com o seu empenho, do Senhor Secretário de Estado Dr. Paulo Pereira Coelho. Aquilo que eu quero dizer-lhe é que vemos com agrado esta visita do Senhor Ministro da Administração Interna Dr. António Costa ao Quartel da GNR de Soure.

Os meus avós têm alguns pinheiros, não sou produtor florestal mas, certamente, terá todo o interesse em quando essa Associação, efectivamente, começar a produzir trabalho em acolher-me a mim. Correspondendo a um repto de Vossa Excelência, irei inscrever-me no Sourense e nesta Associação Florestal porque, sendo eu parte activa, familiar nesta matéria, eu, em representação da minha família, certamente teremos interesse em nos associarmos a esta colectividade e Vossa Excelência deixará ou não de acolher, de bom agrado, esta minha entrada nessas duas colectividades.

Termino, saudando as pequenas intervenções que vão ser feitas na estrada Soure/Louriçal e tenho visto que têm sido apropriadas essas intervenções. Devo só chamar a atenção que, porventura, seria interessante fazer alguma coisa ao nível da marcação horizontal da via porque cada vez se constata mais o intenso tráfego aí existente e, portanto, há que cuidar da segurança daqueles que nela viajam.

Por último, especificar que no caso da visita da CDU a Figueiró do Campo, parece-nos um levantamento interessante daquilo que são algumas dificuldades que a população sente, certamente, quando for a nossa vez de lá irmos, já não iremos encontrar estas dificuldades. Devo saudar a Senhora Vereadora da CDU por ter levantado estas situações que serão rapidamente resolvidas e peço também que desminta, em nosso nome, essa notícia estranha do “Correio da Manhã” que dá Alfarelos como pertencendo a Montemor-o-Velho o que, manifestamente, é uma coisa que não acontece.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, dizendo que: “à semelhança do que já fiz com o encerramento das Maternidades, nomeadamente a da Figueira da Foz, gostaria de deixar aqui o mais vivo repúdio, muito claramente, pelo encerramento do SAP no Concelho de Soure.

Podemos dizer aos Sourenses que não podem estar doentes no período nocturno porque, efectivamente, não terão o SAP aberto para poderem ser socorridos e isto com todas as implicações que este encerramento vai gerar, ou seja, em vez de estarmos a retirar doentes, reforçando as capacidades dos Centros de Saúde, dos Hospitais Centrais estamos a fazer ao contrário, aos problemas que os Hospitais Centrais já têm, estamos a acrescentar levando para lá ainda mais doentes mas sobre isto, Senhor Presidente, gostava de dizer uma coisa ao Senhor Vereador do PSD porque acho fantástico, para já é para mim novidade e fico satisfeita de ver que o Senhor Vereador sente de forma tão forte o ataque aos direitos dos Municípios de Soure e o ataque a tudo aquilo que é público, ou seja, as Escolas, os Centros de Saúde, a tudo mas, Senhor Vereador, não se esqueça que o seu Partido tem estado no Governo e tem partilhado com o PS, 30 anos de Governos em Democracia e não se esqueça que eu, enquanto Professora, sempre tive problemas em Governos quer do PSD, quer do PS na tentativa de nos retirar direitos; mais, degradando a Escola Pública em favor da Escola Privada e a degradação do Serviço Nacional de Saúde. Poderia dizer que existe aqui um problema de inveja que é, aquilo que hoje o Partido Socialista faz gostaria o PSD de o fazer... paciência, terão a vossa oportunidade noutra altura.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, dizendo: “a Senhora Vereadora sabe bem que não é assim, de resto, nós somos mais especialistas em abrir do que fechar e o que acontece neste Governo é precisamente o contrário. É uma questão de perspectiva, estou a falar de obras, nomeadamente, o Quartel da GNR e à Escola onde Vossa Excelência pertence aos quadros.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa disse que o SAP se pode transformar numa questão extremamente aguda, que o Governo em tudo o que mexe fecha, portanto, que iriam, de forma veemente, pronunciar-se sobre isso... a propósito disto quero-vos dizer que sempre tive, enquanto Presidente de Câmara, o maior distanciamento ou, se quiserem, igual distanciamento de todos os Governos e de todos os Partidos... e enquanto Presidente de Câmara tive sempre balizas muito claras: respeitar, em primeiro lugar, o objectivo desenvolvimento para aqueles que, em mim, maioritariamente

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

confiaram; curiosamente, agora estou numa posição em que essa é uma baliza ainda mais reforçada porque se houve alguém que teve, em termos de máquinas, os aparelhos partidários todos contra, fui exactamente eu, portanto, que não passe pela cabeça de ninguém que eu, como Presidente de Câmara eleito, estarei aqui a fazer o “frete” a qualquer Governo. Se alguém está particularmente à vontade para concordar ou discordar da política deste ou de outro Governo, com todo o respeito e tendo o maior respeito pela autonomia de cada um de vós, eu tenho ainda mais que a vossa por razões de facto, por razões que têm a ver com aquilo que foram os factos e não as considerações subjectivas. Estou tão à vontade que em matéria de Saúde houve um abaixo-assinado sobre a Maternidade, e desde que se explicitasse melhor a questão do economicismo... não hesitei em votar a favor, como votarei amanhã, se for caso disso, numa qualquer matéria que eu entenda que é um prejuízo evidente em termos de serviços de saúde e tudo aquilo que signifique prejudicar a resposta em termos de saúde aos Municípios de Soure terá sempre o meu mais veemente repúdio... aliás, não foi de forma inocente, nem por acaso, que na última reunião de Câmara fiz questão de que vos fosse distribuído uma Resolução do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre esta matéria.

É evidente que aquilo que vos transmiti e que cuidei de avaliar, quando disse que não se trata de aplaudir ou deixar de aplaudir, não quer dizer que eu não conteste; o que eu procurei dar-vos nota foi que numa reunião recente com o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que tem a mesmíssima preocupação, uma coisa pode ser aquilo que cada um de nós pensa, outra coisa é a legitimidade que este ou qualquer outro Governo tem para acertar e errar... em matéria de SAP por maiores que sejam as dúvidas, há uma coisa de que eu não tenho dúvidas: estarei sempre do lado daquilo que for considerado, não por razões políticas, mas, de facto, melhor para os Municípios também no domínio da Saúde; portanto, estarei particularmente à vontade para, como Presidente de Câmara, dar a minha opinião, seja ela favorável ou contrária a este ou qualquer outro Governo, porque estou apenas hipotecado à vontade dos municípios de Soure em desenvolver o seu Concelho. Estou à vontade nesta matéria, não estou nada preocupado; percebo perfeitamente que o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, porventura com uma perspectiva que lhe assiste se queira pronunciar sobre questões regionais, distritais e nacionais e parta do caso de Soure para dizer que isto é um atentado aos Portugueses... Neste momento não tenho esse tipo de preocupações e, portanto, não sinto particular apetência, mas respeito e percebo que outros o façam; neste momento, o que me deve ser exigido é que cuide do desenvolvimento do Concelho

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

de Soure e, portanto, não haverá qualquer ligeireza e tanto não há que tenho andado a procurar perceber coisas sobre as quais não tinha muito bem a noção do que eram, também no domínio da Saúde, porque sendo questões que não sendo objectivamente atribuição municipal, tudo cá vem nem que seja para que nós saibamos dar voz.

Questão da GNR... também no domínio da segurança se defende uma coisa que se chama Patrulhamento Preventivo por forma a prevenir, mas para isso é preciso que haja efectivos que cheguem para que haja prevenção, para que haja voltas já programadas e não apenas os necessários para que se houver uma queixa vão a “correr” atrás da mesma.

Quanto à questão dos méritos políticos... em 26 de Agosto de 1999 foi homologado, pelo então Ministro da Administração Interna, Dr. Jorge Coelho, um Protocolo entre a Câmara Municipal de Soure e o atrás aludido Ministério; em Setembro de 2001, foi subscrito o Auto de Consignação com um elemento do GEPI, ainda com esse Governo, mas, antes disso, o primeiro membro de um Governo a mandar que se inscrevesse em PIDDAC a obra, foi o Eng.º Carlos Loureiro que era, então, Secretário de Estado da Administração Interna e estaríamos em 1995/1996. No primeiro trimestre de 2002, a obra parou devido a falência da empresa adjudicatária e o GEPI só conseguiu a retoma do processo da obra no final de 2003; a 16 de Outubro de 2004, decorridos os passos legais, foi subscrito o Auto de Consignação da 2.ª fase com o Secretário de Estado Dr. Paulo Pereira Coelho e a obra ficou concluída no final de Outubro. Ao longo deste processo houve uma coisa que se manteve: a capacidade reivindicativa firme de todo o Executivo, ou dos diferentes Executivos que tenho vindo a liderar... é um excelente equipamento, com condições a todos os níveis, muito elogiado, acima de tudo, pelos efectivos; acho que estes méritos devem ser repartidos por todos aqueles que ajudaram a que o investimento fosse possível.

Depois falou do abandono... não se trata disso. Trata-se que, de todo em todo, há ciclos da vida e, se calhar, até teria abandonado outras Presidências de Mesas de Assembleias Gerais se os associados não tivessem praticamente insistido tanto, democraticamente, para que eu continuasse... e talvez porque houve a pressão de alguns associados, que não minha, de dar resposta a algumas declarações públicas para que não parecesse que eu estava condicionado. Como é óbvio, isto não significa que dê razão ao seu entendimento, continuo a achar que os órgãos tipo Assembleia Geral não são órgãos executivos, são órgãos que fiscalizam a Direcção, de maneira que há aqui uma perversão relativamente àquilo que tenha sido a sua opinião sobre esta matéria.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Quanto a fundar outras... não é nada disso... há um movimento da sociedade civil que se sentiu mais em zonas do interior com grande densidade florestal e, acima de tudo, as características do programa AGRIS e de outros programas explicam claramente que não é a Câmara Municipal a instituição privilegiada, com perfil adequado, à apresentação de certas candidaturas e à busca de certas respostas a dar à sociedade civil. É de todo o interesse municipal que haja uma Associação no Concelho de dimensão concelhia com estas características e se referi que fui um dos sócios fundadores, a única razão é que eu nada tenho a esconder e tenho o maior orgulho nisso e não fui sequer agente fundador, mas tenho muito orgulho em ter dito que sim àqueles muitos que me convidaram para estar com eles como sócio fundador.

Quanto à questão do Senhor Vereador querer aderir... como sabe, a lei não obriga a que sejam ou deixem de ser proprietários; eu não sou proprietário florestal, tudo o que tenho consta das minhas declarações, que envio para o Tribunal Constitucional. Referiu que iria certamente inscrever-se nessa e no Grupo Desportivo Sourense e que certamente eu acolherei de bom agrado... tenho que lhe dizer que não tenho que acolher nada nem deixar de acolher porque estatutariamente cabe à direcção apreciar isso e eu nunca fui membro de direcção nenhuma. Estou convencido que qualquer direcção terá todo o gosto em acolhê-lo, porque mais vale tarde do que nunca. Pessoalmente fico satisfeito porque o Senhor Vereador passa a ter outras sedes e outros fóruns mais adequados para dar a sua opinião e para que essa opinião tenha acolhimento ou não.

Soure/Louriçal... este troço é, neste momento, uma estrada regional e o que isso quer dizer em termos práticos é que quando foi lançado o último Plano Rodoviário Nacional com estradas municipais, regionais e nacionais havia a perspectiva da Regionalização e a ideia era o Poder Regional tratar delas; isso não se confirmou e não se tendo confirmado, nas estradas regionais, a sua manutenção/conservação não tem que ser paga pelos municípios, a não ser que houvesse transferência de meios para isso. Agora como não podemos estar à espera que qualquer Administração Central assuma a chamada Rede Regional, nós, por respeito pelos Municípios, temos que fazer intervenções que melhorem a segurança mas não com a profundidade que faríamos numa estrada municipal, porque essa inevitavelmente sê-lo-á por quem vai ter a responsabilidade de intervir na Rede Regional.

Disse que quando forem a Figueiró do Campo certamente já não encontrarão os problemas que veiculou a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos... há uma coisa que eu tenho a certeza é que *“Roma e Pavia não se fizeram num dia”* e tenho o maior orgulho no nosso ritmo que, acima de tudo, é um ritmo conhecido e é, do nosso

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

ponto de vista, o ritmo possível. Se se vier a confirmar a sua expectativa, ótimo, mas também tenho a certeza que mesmo que ela se confirmasse, embora esteja convencido que não, a não ser que faça a visita daqui a algum tempo, a vossa criatividade e a vossa preocupação com o que está por fazer certamente seria mais do que capaz de apresentar aqui outras questões por resolver.”

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “partilho inteiramente com o que foi dito pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos e pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa em relação ao fecho do SAP e das Maternidades... Tenho a certeza que o Governo de Portugal, o Governo do Partido Socialista, não tem prazer algum em fechar qualquer um destes serviços. Temos que ser um bocadinho menos “demagogos”. É fácil estar-se na “oposição” e todos nós sabemos que este modelo de Estado providência está esgotado, naturalmente são muitos factores que estão inerentes, é o desemprego, a baixa de natalidade, é a maior longevidade... mas como disse, acho que como em tudo na vida deve haver equilíbrios.

Como eleito pelo Partido Socialista tenho a obrigação de fazer este tipo de afirmação e dizer-vos, mais uma vez, para que não haja confusões, que partilho inteiramente com a vossa opinião, mas de uma forma mais equilibrada e com maior bom senso.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “ouvi atentamente a intervenção do Senhor Vice-Presidente Santos Mota. A sua intervenção, para um eleito do Partido Socialista, é uma intervenção liberal que não fica bem a um eleito do Partido Socialista, Vossa Excelência não prossegue aquilo que procede o Prof. Carrilho que é a intervenção, a leitura de Bernestein sobre a social democracia e Vossa Excelência é um liberal mas um liberal não é, no meu entendimento, aquilo que deve ser aplicado em todos os ramos da economia e a todos os ramos da área social do nosso país. Se em relação a algumas matérias eu concordo consigo, em relação à Saúde eu não posso estar mais desagradado com estas tomadas de posição do Governo e discordo totalmente, por isso, só para apontamento final, embora pressinta que quis estar com Deus e com o Diabo dizendo que naturalmente está eleito mas naturalmente dando também uma no cravo e outra na ferradura. De qualquer maneira fica-lhe bem e assiste-lhe esse direito mas eu quero-lhe dizer que nós não estamos com o cravo e com a ferradura, nós só estamos com o cravo.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “já que falou que o Senhor Vice-Presidente não estava com o Prof. Carrilho... há uma coisa que nós já percebemos, o Dr. Carlos Páscoa não está manifestamente com a Dra. Manuela Ferreira Leite porque essa tem de facto um entendimento mais liberal e esse não é certamente o seu porque, ao que parece, pelas últimas notícias, a Dra. Manuela Ferreira Leite até subscreverá, na integra, este tipo de políticas no geral, ainda que tenha muita pena que não lhe tenham dito o mesmo quando ela era a mentora das mesmas. Fica claro para todos nós que o Dr. Carlos Páscoa não está, neste domínio, com a Dra. Manuela Ferreira Leite.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “às vezes gostava também de ter a capacidade de aquilatar o grau de hipoteca de cada um de nós com os partidos políticos mas não tenho essa capacidade, acho que a nossa consciência é que deve ser o avaliador desse grau de hipoteca, aliás somos todos militantes, à excepção da Dra. Ana Maria Treno, de partidos políticos. O nosso empenhamento e o nosso grau de hipoteca a cada um diz respeito e cada um deve defende-lo *de persi*. Digo isto porque também queria fazer um pequeno comentário relativamente aos SAP's. Prezo a verdade, detesto a mentira e preservo uma coisa que é a coerência e, portanto, aquilo que eu quero dizer relativamente aos SAP's é que, de facto, a situação preocupa-me porquanto não encontramos primeiras soluções e vamos primeiro aos finalmentes. O que é que eu quero dizer com isto? Não há apresentação de soluções para um facto quase consumado quando isso devia acontecer, vamos encerrar e depois lá havemos de encontrar a solução, pelo menos é isso que transparece das intervenções de todos. Acho que não estamos a levar em consideração algumas coisas que o Senhor Vice-Presidente disse há pouco que é o problema de termos uma população envelhecida que necessita não só de cuidados de saúde, mas necessita também de uma coisa que eu acho que é fundamental que é sentir-se segura, sentir-se que ali ao pé há alguém que lhe pode socorrer e estamos a falar de coisas que às vezes não têm a ver com físico, tem a ver com o psíquico e mesmo o afectivo. Ainda esta semana até uma vizinha minha no Cercal sentiu-se mal e foi para o SAP, não tinha nada de fisiológico, o que ela tinha era uma grande ansiedade e solidão, e este tipo de coisas não se compadece com viagens de 40 ou 50 quilómetros, as pessoas têm que se sentir seguras.

O que me preocupa não é, se calhar, tanto o encerramento físico mas a falta de resposta a este tipo de situações e isso acho que é uma situação em que nos devemos empenhar para encontrar a solução adequada, não *à posteriori* mas *à anteriori*.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Outra questão que merece a nossa atenção é o facto deste encerramento de serviços de proximidade ser quase simultâneo com o aumento das taxas moderadoras, o que quer dizer que vamos ter que gastar mais dinheiro para nos deslocarmos e ainda vamos ter que pagar mais por um serviço que nos vai ser prestado. Estas são as questões sobre as quais devemos reflectir e apresentar soluções muito antes de haver essa questão do encerramento que poderá parecer inevitável mas que me parece que carece de uma atenção muito mais cuidada do que aquela que tem sido posta até agora.

A outra questão que eu queria levantar é sobre os redutores de velocidade. É evidente que nos preocupa a segurança dos peões mas também a segurança dos automobilistas. Outra questão que nos preocupa é compatibilizar esta segurança com as acessibilidades, reconhecemos que a presença de redutores de velocidade, a presença de semaforização de velocidade condiciona a acessibilidade entre as comunidades. Concordo mas temos que encontrar soluções no curto prazo ou no médio prazo que possam compaginar a segurança com a acessibilidade, coisa que neste momento se está a verificar.

Faço todos os dias a estrada entre Soure/Condeixa e Condeixa/Penela e até Fevereiro/Março não havia semaforização de velocidade no IC3, neste momento existe e o tempo de viagem aumentou substancialmente com todos os condicionalismos que há até na presença de investidores que contabilizam os seus proveitos tendo em função também este factor de pressão que é a distância à produção. No Cercal ainda não foram pintados os redutores e vi um automobilista a fazer uma manobra um pouco arriscada, tanto mais que, tanto uma como outra estão exactamente em cima de uma curva, portanto é uma situação que pode configurar não só em perigo para os automobilistas como para os peões porquanto não há passeios.

Outra pergunta que lhe queria colocar é relativamente à antiga Escola Secundária. Penso que a margem esquerda do nosso rio é fundamental para que a nossa vila cresça harmoniosamente e possa ter capacidades de expansão, temos uma série de equipamentos naquela zona que merecem a nossa maior atenção, falo-vos concretamente dos antigos edificios da CUF, Quimigal, do Celeiro da EPAC, das serrações e isto vinha a propósito das antigas instalações da Escola Secundária que, neste momento, estão a ser invadidas por vegetação e arborização espontânea que podem tornar aquele local, na minha perspectiva, um pouco perigoso, sendo facilmente consumível pelas chamas, mas também porque já vi pessoas que não deviam andar dentro das instalações, lá dentro, o que pode compaginar outro tipo de situações que não são nada agradáveis. Aquilo que eu queria questionar

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

exactamente ao Senhor Presidente da Câmara é relativamente a algumas questões de propriedade e para quando e se está previsto algum Plano de Pormenor para aquela área que possa potenciar um maior desenvolvimento e essa tal harmonização que eu acho que é fundamental.

Por último, recebemos uma comunicação de uma Munícipe da Borda do Campo relativamente às Termas da Amieira mas também já tínhamos pensado em levantar esta questão. O que é que está pensado para as Termas da Amieira? Como sabem, o ano passado elas foram fruto de um violento incêndio que consumiu um património que, no nosso entender, é valioso não só do ponto de vista histórico mas também do ponto de vista ambiental e parece-nos que aquela área merece uma atenção de que até agora ainda não foi alvo. O que é que está pensado ou que tipo de intervenções, a curto prazo? Sei que foram cortadas algumas árvores por questões de segurança, para que possamos ter ali um espaço com dignidade e como é que vão ser sensibilizados investidores para o potencial que ali está e que, na nossa perspectiva, não está suficientemente rentabilizado.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “numa intervenção anterior, quando falei sobre mim e referi como balizas, a educação e a verdade... gostaria de vos adiantar que não tenho o menor pejo em lhes acrescentar a coerência de pensamento e com isso julgo que respondo ao uso que fez da palavra coerência, como se estivesse a descobrir qualquer coisa.

A questão do facto consumado sobre a questão da saúde... usou a seguinte expressão “é preciso ter uma atenção mais cuidada”... mais cuidada do que transmitir à tutela que sem um completo esclarecimento das famílias, não poderão contar com a minha compreensão e o meu apoio à medida... Tenho a certeza absoluta que foi o meu posicionamento político, nesta matéria, em defesa dos Municípes que, se calhar, evitou, no próprio Distrito, que isto já tivesse começado até noutros Concelhos.

Não tenho hoje a ideia da utilidade do SAP que muita gente tem; para mim o que é importante é o que é que as famílias têm em troca do final de um serviço de atendimento que pouca resposta dava... isso é que eu tenho que perceber, ainda por cima quando eu tenho a noção exacta de qual a dimensão social quando falamos das dez da noite às oito da manhã. Agora a questão é esta, ninguém aqui está a defender factos consumados, eu nem sequer estou a dizer que concordo ou discordo do que o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa disse, ou do que a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos disse, ou do que o Senhor Vice-Presidente Santos Mota disse... limitei-me a dizer, e mantenho, que tomarei a posição que me pareça que melhor defende a melhoria da prestação de cuidados de saúde ao Municípes,

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

sem qualquer tipo de “correia de transmissão ou de hipoteca”, não estou com isto a dizer que outros a tenham, estou a dizer o que se passa comigo.

Questão das bandas sonoras... concordo em absoluto com o Senhor Vereador quando diz que, de facto, há aqui investimentos faseados... há que melhorar mas há que depois, porque se atingem outras velocidades, sinalizar. As novas soluções trazem novos problemas e é preciso encontrar novos equilíbrios, o problema às vezes é o ritmo de aplicação dos mesmos. A questão é esta, por administração directa este tipo de intervenções fazem-se com sinalização vertical e com sinalização até assente no chão, a última coisa a colocar é a marcação com a tinta e os sinalizadores luminosos cuja energia é solar. No Cercal, como nas outras intervenções, tem sido esta a lógica, compreendo o que me está a dizer até porque conheço a localização dos dois, o problema é que a história do suficientemente sinalizado é em si mesmo uma expressão que todos entendemos mas que definir onde começa e acaba é complicado. Suficientemente sinalizado para um condutor atento é o sinal de perigo e está lá um no chão; suficientemente sinalizado para um indivíduo menos atento que anda mais depressa é se calhar estar lá uma coisa luminosa a dizer que olhe que ali há aquilo, mas isto não é muito objectivo... eu percebi exactamente o que me disse e entendo o que nos está a transmitir, é da preocupação que isto aconteça com a maior celeridade possível.

Antiga Escola Secundária, revitalização da margem esquerda dos rios... sobre a antiga Escola Secundária a situação é a seguinte: primeiro houve que, juridicamente, definir de quem era aquele terreno e foi feito um trabalho jurídico, que ainda não vi mas foi-me comunicado pelos Serviços da Câmara, que confirmam/evidenciam, em colaboração com o Ministério da Educação, que aquilo é da Câmara Municipal. Numa primeira fase, o Conselho Executivo antes da mudança para as novas instalações ainda terá dado uns equipamentos a algumas colectividades; nós aqui teremos que também certamente avaliar da utilidade ou da inutilidade de alguns equipamentos que lá estão e até lá fazer a mesma manutenção regular que se fazia designadamente em termos de vegetação selvagem para que, pelo menos, aquilo tenha um aspecto mais civilizado. De qualquer maneira há várias soluções, qualquer delas terá que vir naturalmente à Câmara, há soluções que podem passar por serem cruzadas com o bairro pré-fabricado directa ou indirectamente... em qualquer delas objectivamente aquele terreno servirá para resolver problemas de investimento municipal para dar resposta social. Agora, neste momento, não estou em condições objectivas de adiantar mais nada.

Termas da Amieira... a Câmara Municipal acertou com a Junta de Freguesia de Samuel, há duas semanas numa reunião de trabalho e em parceria, que serão

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

desenvolvidas, pela Junta com serviços da Câmara, intervenções de manutenção e segurança. Penso que a curtíssimo prazo se verificará não apenas essa intervenção de limpeza como de melhoria de segurança.

Outra coisa é o futuro das Termas da Amieira e aí dizer-vos que continuamos a manter reuniões de trabalho com grupos ligados ao investimento na área do termalismo que, naturalmente, logo que apresentarem não apenas propostas concretas de investimento mas, acima de tudo, a sustentação dessas propostas com base em elementos objectivos, documentos de grupos bancários de suporte, evidentemente que, nos termos da lei, com reuniões prévias e durante reuniões aqui, iremos naturalmente tratar disso. Estamos a ter uma série de reuniões que nos permitem acreditar que há hipóteses de investimento por grupos com solidez e capacidade para o fazer e, a seu tempo, naturalmente que avaliaremos a questão sobre a forma de proposta concreta ou em reunião de trabalho prévio para podermos avaliar se, no plano social e político, a proposta reúne consensos.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “o Senhor Presidente não respondeu à minha questão sobre o Plano de Pormenor, eu disse a margem esquerda do rio porquanto me parece que é uma situação que merece a nossa atenção, aquela é naturalmente uma zona de expansão da vila de Soure, estou a falar do espaço que está entre a rua da 25 de Abril e a variante e mesmo do espaço que está adjacente à rua 25 de Abril do lado esquerdo quando se vai para a estação. É uma zona que tem um potencial de expansão e que ainda mantém algumas estruturas de “arqueologia industrial” que merecem, da nossa parte, uma atenção mais cuidada e um Plano de Pormenor que ajude a crescer aquela zona com equilíbrio. Todos conhecemos a rua do Senhor das Almas, que não tem saída, onde coexistem prédios de três e quatro andares com vivendas e cujo impacto visual não é nada agradável, quem vem do lado da Figueira da Foz, quem atravessa a passagem superior sobre a linha férrea depara-se com um conjunto anárquico de construções que em nada dignifica a entrada da Vila de Soure. Este Plano de Pormenor, na minha perspectiva, pode ter a atitude pedagógica no sentido até de criar um equilíbrio que neste momento não se está a verificar, porque o que se preconizava para aquela zona eram vivendas, uma zona de construção muito agradável e, neste momento, isso não está a acontecer. Preocupa-me o espaço da antiga Escola Secundária, mas sobretudo que não se faça ali uma coisa isolada e que ela esteja enquadrada num Plano de Pormenor que faça daquele espaço da margem esquerda do rio um espaço agradável de expansão da Vila de Soure.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “o que o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho me está a sugerir/propor, e permita-me a correcção talvez porque ainda agora clarifiquei com o Director de Departamento e porque estarei mais familiarizado em termos operacionais com estas questões, não é bem um Plano de Pormenor... tecnicamente em termos de Plano Director Municipal as chamadas zonas de expansão, por definição, estão sujeitas a Plano de Pormenor; na margem esquerda do rio, como referiu, existem desde antigas zonas industriais, que estão classificadas como tal, a diferentes tipos de áreas com diferentes classificações em termos urbanos. Aquilo que ele está a defender é que como as margens esquerdas dos rios historicamente são sempre menos bem tratadas que as margens direitas, que importaria aqui ter em linha de conta um conjunto de referências e desenvolver um plano estratégico que conjugasse casos em que são precisos Planos de Pormenor com casos que têm outras características.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.03.2006

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “em relação à alteração das datas das reuniões temos dito sempre que sim, agora conviria que estas situações não acontecessem muita vez porque cada um de nós tem a sua actividade profissional e é muito complicado se junto das respectivas entidades patronais as coisas não forem “concertadas” pelo menos, com quatro/cinco dias de antecedência. Aquilo que lhe peço, naturalmente, é sem colocar em causa aquilo que podem ser as agendas que impliquem que algumas datas sejam alteradas mas, pelos menos, que sejamos previamente informados para que tenhamos tempo de controlar aquilo que é a nossa actividade profissional.”

O Senhor Presidente referiu que: “a Quinta-feira prevista era feriado... evidentemente, a intenção será de manter a Quinta-feira de quinze em quinze dias.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

4.1. Aprovação de Candidatura

O Senhor Presidente referiu que: “o que está em causa é dar-vos conhecimento que foi aprovada a Candidatura de aquisição de equipamento informático para os Jardins de Infância e, em conformidade, a Câmara Municipal irá subscrever o correspondente Termo de Aceitação da decisão de aprovação.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o correspondente Termo de Aceitação da Decisão de Aprovação.

4.2. Consulta Prévia

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO/EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO
13 COMPUTADORES E 13 IMPRESSORAS
- ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento dos bens acima mencionados, proponho a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação

Relativamente ao fornecimento em epígrafe sugiro a adopção da modalidade **Consulta Prévia a três fornecedores**, uma vez que o valor estimado para a aquisição - 15.600 euros - é inferior a 24.939,89 € (*cf. alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06*).

A escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, está dentro do âmbito das competências do Presidente da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 € (*cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho*).

2. Consultar as seguintes entidades

Sugiro que se convidem a apresentar propostas, às seguintes empresas:

- . Realestudo, Lda
- . Servidor Informática
- . Lourisystems, Lda

À Consideração Superior,
O Chefe de Repartição,

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

(Gil Soares)
06.06.09

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a modalidade de consulta prévia para a aquisição do presente fornecimento, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de consulta prévia, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . CONSERVAÇÃO /REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
 - Escola da Gesteira - Construção de Muro de Suporte
 - Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
ESCOLA DA GESTEIRA - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 25.05.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas a única empresa que apresentou proposta foi a seguinte:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado	11.325,00	30 dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que embora o valor da proposta seja superior ao estimado, continua a ser aceitável, pelo que os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **11.325,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.06.2006

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que se aprove a adjudicação da empreitada à empresa que apresentou proposta, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- **Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB**
- **Contrato-Programa**

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “basicamente esta proposta é a assinatura do Contrato-Programa relativo ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB. Como todos sabemos, este processo começa exactamente com a aprovação deste programa para este ano lectivo através do Despacho n.º 22251/2005, de 25 de Outubro, do Ministério da Educação, que aprovou também o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito deste Programa. A Câmara Municipal aprovou, numa primeira fase, a Declaração de Adesão; posteriormente foi enviado um dossier de candidatura com a indicação de um conjunto de elementos necessários, designadamente, o número de alunos que usufruem de refeições ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico no Concelho de Soure, o valor pago pela Autarquia por cada refeição e também os encargos com transporte de alunos ou das refeições.

Com base nesses valores foi ponderado, pelo Ministério da Educação, um custo de 1,62 euros/aluno. Acrescente-se que o valor máximo, que é considerado pelo Ministério da Educação por esse despacho, seria de 2,50 euros; perante a nossa Candidatura o valor ponderado foi de 1,62 euros. De acordo com o modelo de financiamento definido no suporte legal que já referi, a comparticipação do Ministério da Educação será 0,14 euros/aluno/refeição. Como é que este valor surge? Nos termos do Despacho retira-se 1,34 euro, que é o valor máximo pago pelos alunos, a 1,62 euro, o que dá 0,28 euros. A Autarquia recebe uma comparticipação de 50%, isto é, 0,14 euros.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Assim, este é o valor constante do Contrato-Programa que agora nos foi enviado pelo Ministério da Educação e que, naturalmente, foi encontrado através do valor que a Câmara Municipal transfere para as Instituições que nos fornecem as refeições. Assim, o que eu proponho é a assinatura do Contrato-Programa que estipulou para o Município de Soure a comparticipação de 0,14 euros/aluno/refeição que, como vimos, tem por base os valores definidos no despacho n.º 22251/2005 que regulamenta todo este processo de Generalização das Refeições aos Alunos do 1.º CEB.”

O Senhor Presidente referiu que: “o que isto quer dizer, em termos práticos, é que para os 122 alunos que têm Sistema de Apoio à Família no que toca à refeição e no que diz respeito ao 1.º CEB, terão 0,14 euros por parte do Ministério da Educação e da Câmara Municipal outros 0,14 euros. No valor a pagar pelo aluno, 1,34 euros, de acordo com a tabela que nós aprovámos, atendendo à sua caracterização social e económica, casos haverá em que a Câmara Municipal terá que pagar uma parte desse 1,34 euros. Neste 1,62 euros, que é o “custo” ponderado por aluno/refeição que custa à Câmara Municipal, 1,34 euros, em teoria era pago pelo aluno e os 0,28 euros, metade pelo Ministério da Educação e outra parte pela Câmara Municipal. O que acontece é que no 1,34 euros os alunos fazem a mesma demonstração que fazem como para os auxílios económicos e, perante isso, é-lhes aplicada a tabela que nós aprovamos, portanto, há uma parte do 1,34 euros que seremos nós que pagamos a alunos com necessidades sociais e económicas.

O que está em causa é que aprovemos a proposta de Contrato-Programa.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Contrato-Programa.-

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- Xadrez - Fase Final da Região Centro

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aprovemos um Voto de Louvor, quer ao Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano, quer aos Alunos que conquistaram títulos absolutos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar um Voto de Louvor quer ao Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano, quer aos Alunos que conquistaram títulos absolutos. ---

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

. PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE
- Bar de Apoio - Contrato de Arrendamento
- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
BAR DE APOIO ÀS PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE DE SOURE
CONTRATO DE ARRENDAMENTO
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 11.05.2006, a Câmara Municipal decidiu arrendar o espaço adjacente às Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure, sitas em Soure, para instalação de um bar de apoio, recorrendo, para o efeito, à figura de concurso público como procedimento prévio à escolha de um contraente que reunisse as condições estabelecidas no respectivo programa de concurso e caderno de encargos.

Decorrido o prazo para a entrega de propostas, apenas um interessado apresentou proposta, tendo o júri, designado para o efeito, decidido, após análise formal dos documentos apresentados, admiti-lo.

De acordo com o relatório, elaborado e subscrito pelo referido júri, o concorrente é credível no ramo e apresenta condições que, tudo aponta, irão assegurar um serviço com a qualidade pretendida.

Deste modo, sugere-se que a Câmara Municipal delibere:

1. **Realizar um contrato de arrendamento** com o concorrente **Manuel Pereira**, na alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para exploração do bar de apoio às Piscinas ao Ar Livre de Soure, estabelecendo uma renda anual no valor de **200,00 €** (duzentos euros);
2. **Delegar** no Presidente da Câmara Municipal competência para aprovação da minuta do contrato de arrendamento, que obedecerá, naturalmente, o disposto no programa de concurso e caderno de encargos.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
07.06.2006

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aprovemos a adjudicação ao opositor do arrendamento deste Bar de Apoio às Piscinas Municipais ao Ar Livre de Soure, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 9. URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

**- Remodelação das Instalações Sanitárias da Praça Heróis Coutinho e Cabral
- Ajuste Directo**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA PRAÇA HERÓIS COUTINHO E CABRAL

ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação

Relativamente à empreitada em epígrafe sugerimos a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **24.346,00 euros**, superior ao limite máximo de 4.987,98 euros estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03) e inferior a 24.939,89 euros, limite máximo estabelecido para o recurso ao procedimento sugerido.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **03.01.07.01.03.07** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **05.004 2006/101**.

2. Processo

Aprovar projecto e documento em anexo.

3. Consultar a(s) seguinte(s) entidade(s)

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, às seguintes empresas:

- . **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado;**
- . **António Maria Coelho de Sousa, Lda;**
- . **Construções Fonte da Relva, Lda.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
08.06.2006

11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Junho de 2006

e

Assunto: Urbanização e Urbanismo

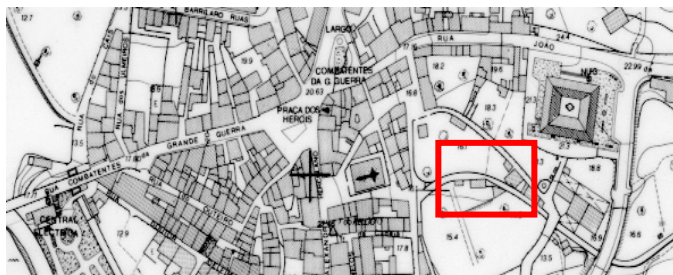
Construção, Reparação e Ampliação de Edifícios Municipais

Remodelação das Instalações Sanitárias da Praça Heróis Coutinho e Cabral

- *Aprovação do Projecto*

Por determinação superior, foi elaborado um projecto de remodelação do equipamento acima citado, tendo em conta as seguintes premissas:

1. Localização



2. Descrição

As instalações sanitárias públicas existentes na Praça Heróis Coutinho e Cabral, funcionam integralmente numa cota inferior, e foram sofrendo com o passar dos anos de patologias várias que obviamente diminuiram as suas capacidades funcionais.

Acresce ainda, que as peças sanitárias existentes não são quer em número, quer na sua localização, as mais adequadas para a resposta pretendida.

A somar a estas circunstâncias, a instalação eléctrica existente e os seus instrumentos de controlo estão colocados em local acedido pelo público, o que representa um risco para os utilizadores deste equipamento.

3. Intervenção

O projecto que agora se apresenta, visa a reforma integral das instalações sanitárias, através da execução dos seguintes trabalhos:

- Elaboração de novas redes técnicas de águas e esgotos: uma vez que as redes existentes não apresentam garantias de funcionamento pleno prevê-se a substituição integral das redes técnicas de suporte.
- Pavimentação geral: a reformulação das redes obriga à demolição e remoção dos pavimentos existentes, assim prevê-se a pavimentação geral com um material à base de resinas *epoxy* de elevada resistência e durabilidade.

11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 16 de Junho de 2006

- Nova compartimentação: com vista à melhoria das condições gerais de utilização, será efectuada nova compartimentação interior, com recurso a painéis fenólicos que permitem um ganho de espaço e uma manutenção mais eficaz.
- Substituição integral das Peças Sanitárias.
- Revestimento das alvenarias: serão utilizados azulejos cerâmicos de 1ª qualidade.

4. Estimativa Orçamental

Estima-se que a totalidade dos trabalhos previstos, de acordo com mapa de quantidades anexo, importe a quantia de 23.346 € (vinte e três mil trezentos e quarenta e seis euros).

À Consideração Superior
Rui Fernandes - Arqº
1 Jun. 2006

O Senhor Presidente referiu que: “na Praça Heróis Coutinho e Cabral, desde sempre existiram instalações sanitárias que atingiram, no passado não muito recente, um grau de obsolência total. Não sendo possível fazer umas casas de banho com todas as características de hoje impunha-se, no entanto, uma requalificação profunda das existentes.

Os serviços da Câmara Municipal desenvolveram um projecto, o correspondente caderno de encargos e o que está em causa é que aprovemos o recurso ao ajuste directo para a realização deste investimento.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 10. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. Toponímia

- Espaço Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira - Entre o Castelo e o Rio Anços

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, a Câmara Municipal fez uma requalificação profunda de toda aquela zona entre o Castelo e o Rio Anços. Se alguém esteve muito directamente ligado ao jogo de computador na base científica, no plano histórico e cultural, foi o Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho e o espaço nuclear que tem a ver com esse jogo é exactamente aquele espaço de conflito civilizacional entre o Castelo e o Rio. A ideia é que esse espaço venha a ter, dado que é indissociável do espaço do jogo de computador, o nome de “Espaço Polivalente Portugal 1111, a Conquista de Soure”.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos, com base na ambiência legal que diz que a competência para a atribuição de topónimos pertence à Câmara Municipal, e

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

com base na sugestão do Prof. Doutor Joaquim Ramos Carvalho, o nome de “Espaço Polivalente Portugal 1111 a Conquista de Soure” ao espaço requalificado entre o Castelo e o Rio.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “com toda a consideração que tenho pelo Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, as nossas opiniões podem não ser coincidentes. Quero dizer que o nome que está a ser atribuído àquele espaço, na nossa modesta opinião, não nos parece uma escolha que compagine a facilidade de absorção desse nome para o espaço. O que é que eu quero dizer com isto? O nome “Portugal 1111 a Conquista de Soure” parece um bom nome para um jogo, no entanto, temos que perceber que a atribuição de um nome é também a atribuição de uma marca, portanto, este nome “Portugal 1111 a Conquista de Soure” é um nome que, na nossa perspectiva, não entra bem no ouvido, ninguém vai dizer: “olha vamos comer um gelado ali à praça ou ao largo Portugal 1111 a Conquista de Soure”, parece-nos um nome demasiado extenso e pouco adequado.

Por outro lado, e esta é uma questão que eu aqui deixo porque também não conheço em profundidade, não sei quem é que tem os direitos de autor do jogo e se não for a Câmara Municipal a adquirir esses direitos, a pessoa que os detém pode evocar esse facto para este nome. Esta pode ser uma questão colocada em termos legais.

Convém referir, e o Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho disso percebe muito mais do que eu, que Soure é uma vila, é um Concelho com um historial muito profundo e muito antigo e há alguns factos que nós não damos relevância aos quais devíamos dar e um deles, na minha modesta opinião, é o facto desta ter sido a primeira Praça dos Templários. Toda a gente fala em Tomar como sendo o primeiro local onde os templários se sediaram mas Soure foi um dos primeiros locais onde eles se sediaram e o Castelo é um ícone para os Templários, aliás podemos constatar-lo pela lápide bem visível que está no seu interior a assinalar esse facto.

A nossa proposta é que aquele espaço merecia um nome que fosse mais facilmente absorvido pelas pessoas e mais facilmente utilizado, nessa perspectiva parecia-nos, e fazemos essa proposta, que o largo devia ter o nome de “Largo dos Templários”, porque parece-nos mais adequado, mais enquadrado até no Castelo e em toda aquela ambiência histórica uma vez que estamos a falar da baixa da vila de Soure e também porque Soure, até este momento, não teve relevância na história dos Templários.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “há duas propostas, uma com o nome de “Largo dos Templários” e outra de “Espaço Polivalente Portugal 1111 a Conquista de Soure”. Não contesto, propriamente, os argumentos do Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho, percebo que é mais fácil dizer “Largo dos Templários”... Não se trata de discordar ou ter menor apreço pelos considerandos ou argumentos subjacentes à proposta apresentada pelo Senhor Vereador. Não há nada que nos vincule a uma opinião do Prof. Doutor Joaquim Ramos de Carvalho, mas não é eticamente muito correcto aceitar uma sugestão e depois... Se a minha proposta for derrotada sê-lo-á e ele compreenderá mas eu não vou retirar a proposta. Penso que os Templários podem merecer outro tipo de distinção, não será difícil dar-lhe, mas também penso que relacionar aquele espaço, que é o espaço nuclear do jogo, com o investimento cultural feito no jogo e chamar-lhe “Portugal 1111 a Conquista de Soure”, obriga a que, pelo menos, tentem perceber porque é que se lhe deu esse nome.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “compreendo perfeitamente os seus argumentos como obviamente compreenderá os nossos, manifestamente entendemos que este não é um nome adequado para um espaço em lado nenhum. O jogo teve o seu tempo e tem a sua utilidade, a Vila, os Templários, o Castelo, aquele Largo ficarão para as outras gerações. Colocarmos a questão desta forma em que, naturalmente, iremos ter votos contra e a favor, parece-me ser uma má saída, embora compreenda que tenha que haver uma saída para um largo tão importante como aquele. Nós não nos revemos minimamente neste nome, entendemos também que, porventura, faltou esse diálogo prévio que permitiu consensualizar um nome que toda a gente concordasse.”

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos. ---

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

- Perímetro Externo - Vedação, Drenagem e Arranjos Exteriores**
- Homologação de Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE
ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

PERÍMETRO EXTERNO - VEDAÇÃO, DRENAGEM E ARRANJOS EXTERIORES
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **29.12.2005**, à empresa **Construções & Aquino, SA**, pelo valor de **21.302,90 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
02.06.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DA POUCA PENA E LUGARES LIMÍTROFES**
- Homologação de Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DA POUCA PENA E LUGARES LIMÍTROFES
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **19.01.2005**, à empresa **JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda**, pelo valor de **339.993,74€**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor de 371.915,54€, devido a trabalhos a mais, aprovados em reunião do executivo de 19.08.2005.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar e respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.06.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

. PROLONGAMENTO DE COLECTORES

- Ligação Entre o Cemitério de Casal do Cimeiro e a EN 347**
- Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
PROLONGAMENTO DE COLECTORES
LIGAÇÃO ENTRE O CEMITÉRIO DE CASAL DO CIMEIRO E A EN 347
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 20.04.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **concurso limitado sem publicação de anúncio** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Todas as empresas consultadas apresentaram propostas:

Empresa	Valor	Prazo
JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda	25.956,35	60 dias
Domingos Góis Simões & Filhos, Lda	29.769,54	“
Pinto & Braz, Lda	30.182,52	“
Leirlslena - Sociedade de Construções, SA	41.851,00	“
Construções Aquino & Rodrigues, SA	41.898,09	“

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao estimado, a comissão de análise das propostas sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Foi efectuada a audiência prévia pela comissão de análise das propostas, não tendo qualquer das empresas apresentado reclamações ou pedidos de esclarecimentos.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda;**
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **25.956,35**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
06.06.2006

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aproveemos a adjudicação desta empreitada à empresa que apresentou a proposta mais favorável.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 14. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – TURISMO

. SOURE - ARTESANATO, GASTRONOMIA E CULTURA //2006

- Programa

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “pela primeira vez neste Certame vamos utilizar o quadro de dois fins de semana, portanto, estarão seis Freguesias em cada um deles e realizar-se-á nos dias 24 e 25 de Junho e 01e 02 de Julho. Estamos a fazer todos os esforços no sentido que este Certame seja, mais uma vez, um êxito.

Com a realização deste evento vamos aproveitar para divulgar as potencialidades em várias vertentes: no Artesanato, vamos continuar com os nossos artesãos do Concelho, com trabalhos em madeira, rendas e bordados, latoaria, cestaria, bijutaria e redes de pesca; no Jardim da Várzea haverá animação com equipamentos de diversão fundamentalmente para os mais pequenos; na área Cultural, mais uma vez, vamos ter a oportunidade de mostrar a qualidade e o dinamismo das nossas Instituições e vão participar catorze Grupos de Folclore, cinco Bandas Filarmónicas, uma Tuna e Grupos Musicais. Iremos ter, também no Jardim da Várzea, artes ao vivo com a participação de oito pintores. Nesta vertente cultural irão estar envolvidos mais de mil participantes.

No dia 24 de Junho irá realizar-se um colóquio “O Vinho na Gastronomia” que irá ter a colaboração de vários especialistas nesta área com um objectivo, acima de tudo, didáctico.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Irão participar, como é hábito, as doze Freguesias do Concelho e que nos vão apresentar os melhores aromas e paladares da nossa cozinha. As Freguesias são os grandes motores deste evento e sei que eles fazem e trabalham com todo o brio, empenhamento e vontade nesta iniciativa porque, sem dúvida, é um momento de aproximação entre as pessoas, é mais uma iniciativa de coesão concelhia.

Também irão participar as quatro doçarias que têm como principal objectivo a divulgação e a promoção da doçaria da sede do Concelho, como é o pão-de-ló de Soure, o biscoito de azeite e o suspiro.

Não me canso de dizer que o Jardim de Várzea é um “ex libris” em termos de património natural e acho que é um factor importantíssimo e uma mais valia na valorização deste Certame.

Temos sempre o cuidado de, ano para ano, apontarmos o que correu menos bem e tentarmos no ano seguinte fazer melhorias e correcções.

A segurança e higiene alimentar é uma das nossas grandes prioridades, vamos obedecer a todos os requisitos exigidos; temos também um grande cuidado na promoção e na defesa do meio ambiente, daí equiparmos as barraquinhas com baldes para o lixo doméstico, mini-ecopontos para o vidro, o papel e plástico para os chamados lixos recicláveis e também um recipiente para óleos saturados que, posteriormente, vão ser transformados em biodiesel.

Também vamos ter cuidado na formalização deste Certame com o licenciamento através da inspecção e vistoria prévia pelas autoridades de Saúde, Bombeiros e Câmara Municipal; a desinfecção das instalações de todo aquele espaço envolvente; no âmbito da segurança e protecção contra incêndios irão estar colocados extintores em pontos estratégicos.

Realçar que há um trabalho de bastidores, e que por vezes nós não nos apercebemos, estão mais ou menos vinte funcionários de diversas áreas atentos a algumas deficiências ou necessidades que possam vir a surgir.

Esperamos que tudo corra pelo melhor, estamos todos a fazer esforços para que isso seja uma realidade e que o bom tempo nos ajude.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “tomando conhecimento, neste momento, com o desdobrável dizer que fico satisfeito por ver aqui um colóquio; articular mais algumas áreas que até então não tinham sido versadas no Certame da Gastronomia, e fico também sensibilizado e simultaneamente satisfeito com as preocupações ambientais e saúde pública que o Senhor Vice-Presidente acabou de manifestar como suas e como estando preocupado com elas e com a sua resolução, fico satisfeito com essa situação.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

No entanto, gostaria de deixar aqui também uma sugestão. É um espaço, como se costuma dizer, de grande união da família sourense mas também de divulgação da nossa gastronomia e das nossas potencialidades, um espaço de divulgação não só da nossa gastronomia mas também daqueles que diariamente trabalham nesta área e muitas das vezes não conseguem ver reconhecido o seu trabalho, o que é que nos queremos dizer com isto? Que veríamos com bons olhos, e achávamos isso muito importante, que em vez de serem as próprias Juntas de Freguesia a confeccionarem os pratos, se envolvessem os restaurantes nesta prática. Sei que em Brunhós é difícil porque não existe lá nenhum restaurante, iríamos encontrar um ponto de equilíbrio que permitisse aos restaurantes mostrar a gastronomia local e simultaneamente eles próprios promoverem os espaços onde se podem degustar estas iguarias porquanto se vier cá uma pessoa de Lisboa, virão mais com certeza, provar as iguarias que nestes dois fins de semana estão ao seu dispor, se voltarem passado um mês terão alguma dificuldade em encontrar o espaço onde poderão degustar estas mesmas iguarias. Portanto, se houvesse uma maior articulação cujos restaurantes no terreno trabalham e que pudessem ser promovidos e encontrar espaços para que depois pudéssemos durante o ano todo comer estas iguarias, penso que estávamos simultaneamente a divulgar a nossa gastronomia e a nossa cultura mas também a incentivar os investimentos que neste Concelho se fazem ao nível da restauração e da hotelaria.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota respondeu dizendo: “tive responsabilidades na realização do primeiro evento que na altura foi promovido pela Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure que passou pelos restaurantes. Conheço as duas realidades e as pessoas não podem estar só à espera deste Certame, mas há aqui um factor que é fundamental que a envolvência das Instituições. As Juntas de Freguesia têm uma grande motivação e empenho neste Certame.

Não quero descurar esta sugestão colocada pelo Prof. Fernando Martinho, é fundamental sensibilizar a restauração do Concelho para determinadas ementas, mas isto é um caso a aprofundar e a estudar.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “não coloquei sequer em questão o envolvimento e a vertente afectiva que um momento destes é para todos nós e para os Presidentes de Junta e para as Juntas de Freguesias, longe de mim, já mais colocarei em questão sequer o empenhamento que todos os funcionários e todos aqueles que trabalham nas cozinhas e no serviço de refeições

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

põem e no prazer que isso lhes dá, não é isso que está em questão. Reconheci e disse também que este é um momento de encontro de muitos Sourenses que, de outra forma, dificuldades teriam de o fazer.

Também me recordo da primeira edição da Gastronomia de Soure mas passaram vinte/vinte cinco anos. Não estamos aqui a tentar reavivar o passado, temos que aprender com o passado mas procurar soluções de futuro e a sugestão que dê-mos é que as Freguesias se façam representar por restaurantes que obedeçam a um caderno de encargos, a plafods preestabelecidos, a ementas predefinidas e que possam ser representativas da gastronomia local.”

O Senhor Presidente referiu que: “não há modelos universal e temporalmente válidos... estamos hoje a avaliar uma proposta programática concreta para este ano, que está em andamento. Compreendo perfeitamente que o estímulo e o incentivo a empresários na área da restauração deva ser tomado em linha de conta apenas por isto: porque esta iniciativa atrai milhares de pessoas e, de facto, seria de aproveitar dar a possibilidade a esses milhares de pessoas de saberem onde se poderiam dirigir para repetir a mesma “sensação”. É uma perspectiva de aproveitamento em termos de mais valia de um modelo que não estando esgotado, longe disso, poderá ter capacidade, em termos de atractividade, para também poder servir para isso; também devo dizer que é mais fácil defender essa possibilidade do que materializá-la na prática... primeiro porque não é muito fácil definir regras concretas e objectivar a história de cada Freguesia, ter que optar por um restaurante, desde logo, porque pode lá não existir nenhum... As Juntas de Freguesia têm a sua autonomia mesmo na forma como participam nestes eventos.

Há um caminho a percorrer na valorização deste Certame em termos de tirar o melhor proveito da atractividade do mesmo.

Penso que essa discussão, não sendo inovadora, reabre este tipo de discussão que já teve lugar no passado recente, é oportuna, adequada e percebo-a perfeitamente mas, neste momento, com todo o respeito, o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho não apresentou nenhuma proposta alternativa, penso que nem era esse o seu objectivo, pareceu-me que era sensibilizar.

O que está em causa é uma proposta concreta para este ano, sem prejuízo de nós registarmos a sensibilização que foi feita e tentarmos que este modelo possa e deva vir a ser valorizado em concreto, aproveitando para incentivar e estimular o papel dos empresários existentes no domínio da restauração.

Assim, o que eu proponho é que aproveemos a calendarização e a estrutura programática para a realização deste Certame.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Deliberado, por unanimidade, aprovar a calendarização e o programa proposto, bem como autorizar as despesas dele decorrentes. -----

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO

- Retroescavadora**
- Concurso Limitado**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA
AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTO
AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADORA
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista a aquisição do equipamento constante da informação dos serviços, proponho a V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de procedimento prévio à contratação

Relativamente ao fornecimento em epígrafe sugiro a adopção da modalidade **concurso limitado sem apresentação de candidaturas** (consulta a **cinco** fornecedores), uma vez que o valor estimado para o fornecimento é de **53.000,00 euros** (vide n.º 4 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - **149.639,36 euros** (vide alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para o presente fornecimento tem em parte cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **03.04.07.01.15** e trata-se de acções inscritas em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **09 001 2006/165**.

2. Consultar as seguintes entidades

De acordo com o estabelecido no n.º 4 do referido artigo 81.º, sugiro que o convite para apresentação de proposta seja dirigido às seguintes empresas:

- Agrifer, Lda;**
- Maquiguarda, Lda;**
- Motivo, SA;**
- Lourenço e Amaral, Lda;**
- Auto Mecânica Martins & Martins, Lda.**

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

3. Processo

Aprovação do programa de concurso, caderno de encargos e convites a enviar às entidades.

4. Audiência prévia

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do citado Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, aplicável por força do disposto no artigo 127.º do mesmo diploma, sugerimos que a audiência prévia dos interessados seja efectuada pelo júri do concurso.

5. Júri do concurso

Nos termos do artigo 90.º do citado Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, aplicável por força do disposto no artigo 127.º do mesmo diploma, sugerimos que o júri do concurso possua a seguinte composição:

- a) Presidente: Santos Mota, Vice-Presidente;
- b) Vogal: Mário Monteiro, Eng.º;
- c) Vogal: Evaristo Duarte, Eng.º Téc..

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
12.06.2006

e

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA
AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS
AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADORA

A Câmara Municipal possui, no seu parque de máquinas, duas retroescavadoras.

Uma dessas máquinas de marca Benati adquirida no ano de 1995, tem vindo a apresentar, entre outros, sucessivos problemas em termos de transmissão e direcção. Estas avarias constantes, obrigam-nos a recorrer ao aluguer de outra máquina, para as várias intervenções em que este tipo de equipamento é necessário.

Embora esta máquina possa continuar a ser utilizada em pequenas deslocações e intervenções pontuais, sugerimos, para maior eficácia dos serviços, a aquisição de uma nova retroescavadora com turbo e potência entre 90 e 95 HP, balde frontal multifunções e retro com lança extensível.

Este equipamento tem um valor estimado de 53.000,00 € + IVA e encontra-se incluído no Plano de Actividades para o ano 2006.

À Consideração Superior,
O Técnico
(Evaristo Duarte)
05/06/2006

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da aquisição de uma máquina retroescavadora que se revela absolutamente necessária.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a abertura de concurso limitado, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de concurso limitado, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

.Beneficiação da Via Marginal ao Canal entre a Ponte de Formoselha e a Ponte do Apeadeiro de Montemor

- Protocolo com o INAG e o Município de Montemor-o-Velho

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA

BENEFICIAÇÃO DA VIA MARGINAL AO CANAL ENTRE A PONTE DE FORMOSSELHA E A PONTE DO APEADEIRO DE MONTEMOR

PROTOCOLO ENTRE O INAG, MUNICÍPIO DE SOURE E MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

Relativamente ao assunto em epígrafe, com base nas seguintes fontes:

- a) Proposta de protocolo apresentada pelo Município de Montemor-o-Velho;
- b) Orçamento para a empreitada;
- c) Cálculo da comparticipação por entidade;
- d) Breve visita ao local;
- e) Contacto com o técnico responsável pela elaboração daqueles documentos, no Município de Montemor-o-Velho.

Informamos:

- 1) O protocolo proposto é baseado numa estimativa orçamental. Assim, os valores indicados estão sujeitos a alteração, função do valor de adjudicação final para a obra;
- 2) De acordo com a Cláusula Segunda da mesma proposta de protocolo, o valor máximo de comparticipação do INAG, será de 65% da estimativa apresentada. Assim, qualquer aumento do valor da obra, resultante da adjudicação final, será suportado pelos dois municípios, proporcionalmente à extensão da via em cada um deles;
- 3) Embora, nos documentos que nos são apresentados, não estejam incluídas medições parciais dos trabalhos, de forma a possibilitar a sua localização espacial, nomeadamente a sinalização vertical, podemos afirmar que uma distribuição de custos proporcional à extensão de via em cada um dos municípios, se poderá considerar aceitável, uma vez que o valor mais significativo da obra (pavimentação) representa cerca de 70% do seu valor global e se enquadra nessa distribuição.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

À Consideração Superior,
(Mário Monteiro, Eng. Civil)
2006.06.05

O Senhor Presidente referiu que: “recentemente, numa das várias reuniões de trabalho que tive com o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, foi-me dado nota de que estaria a ser tratada a realização de um investimento nas estradas da antiga hidráulica no sentido de as dignificar. A ideia era que o INAG cofinanciasse a 65% e os restantes 35% seriam repartidos pelos dois Concelhos, de forma proporcional à extensão beneficiada.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a subscrição do presente Protocolo com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Instituto Nacional da Água.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Protocolo. -----

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS
. Subsídio de Férias // 2006

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, todos os anos o Subsídio de Férias é pago em Junho e a Câmara Municipal tem autorizado o seu pagamento logo após o crédito em conta das transferências do Orçamento Geral do Estado.

Assim, proponho a ratificação do meu despacho de autorização.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 18. RECURSOS HUMANOS
. Estágios - Intep

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de autorizarmos a realização de um estágio sem encargos financeiros para a Câmara Municipal, na perspectiva de trabalho em ambiente real.

Aquilo que eu proponho é que aprovemos a autorização do referido estágio.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização do referido estágio. -----

Ponto 19. RECURSOS HUMANOS

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

**. Serviço de Segurança Higiene, Medicina e Saúde no Trabalho
- Propostas de Implementação e do Plano de Actividades**

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de uma proposta concreta para que aprovemos a Implementação do Serviço de Segurança, Higiene, Medicina e Saúde no Trabalho.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “congratulo-nos com a Implementação deste novo serviço e faço minhas as suas palavras, que “ontem já era tarde” porque, de facto, o Decreto-Lei que institui estas obrigatoriedades já tem alguns anos. Também reconheço que, normalmente, quem estabelece, redige e propõe os Decretos-Lei para aprovação não está no terreno, portanto, não sabe a dificuldade que as medidas que são aprovadas têm na implementação no terreno.

Espero que este novo serviço venha contribuir para aumentar a dignidade dos trabalhadores desta Câmara Municipal, inclusivamente, até por uma sugestão que é feita na introdução pela Técnica que suporta esta nova implementação e planeamento em que diz que, de facto estas condições de trabalho são sempre propiciadoras de um acréscimo de custos mas ela até dá algum ênfase em que as Autarquias que decidem investir neste domínio - Recursos Humanos -, acabam por ter o retorno; há que avaliar a capacidade com que as pessoas trabalham e os meios que estão à sua disposição para desenvolverem o seu trabalho da melhor maneira possível.

Espero que este novo serviço venha ajudar, de uma vez por todas e com a calendarização que for possível, a proporcionar a todos os funcionários um local de trabalho digno que, inclusivamente, diminua o stress.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “na informação também é dito que, desde 1996, na Câmara Municipal, existe preocupação relativamente a esta matéria, da qual resultou a criação deste serviço.

Uma coisa é tomarmos medidas avulsas, outra é criarmos, em termos formais, o serviço. Percebo a intervenção, estou totalmente de acordo com ela e, de facto, penso que a criação formal deste serviço só poderá/deverá ter resultados positivos em termos de melhoria das condições.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas de Implementação e do Plano de Actividades. ---

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Ponto 20. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO

O Senhor Presidente referiu que: “na última reunião de Câmara, cumprindo um requisito legal, informei a Câmara Municipal de que já havia respondido à Direcção Geral da Administração Local, comunicando a nossa intenção... aquilo que agora se propõe é a contratação de um empréstimo a médio/longo prazo para apoio ao investimento, de acordo com as características que constam da informação/proposta técnica que vos foi distribuída.

Não vou repetir qual é o enquadramento jurídico porque ele é óbvio, não vou referir qual é o enquadramento económico porque já o tenho referido variadas vezes, de qualquer forma apenas referir que, fundamentalmente, é preciso compatibilizar o período de amortização dos investimentos com a durabilidade dos capitais que os financiam. Nos últimos quatro anos, só em amortizações bancárias, pagámos cerca de três milhões de euros e não pudémos recorrer ao crédito bancário por via de alteração das regras do jogo. Penso que esta possibilidade, resultante da avaliação de 2004, em que os dados da Direcção Geral da Administração Local evidenciam que apresentámos o melhor resultado no país, deverá ser logicamente aproveitada. A verdade é que esta é a solução técnica no plano jurídico e económico adequada mas, acima de tudo, a solução possível, por isso é que é dito, no enquadramento técnico e económico, que se trata de ajustar a dinâmica do investimento à lógica dos possíveis e adequados mecanismos financeiros.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos a contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, no valor comunicado pela DGAL e de acordo com o previsto na Lei das Finanças Locais.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “é a segunda vez que o ouço dizer que a Direcção Geral da Administração Local classificou o Concelho de Soure como o melhor do país. O Senhor Presidente pode-me facultar cópia do officio onde isso é declarado?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “os resultados apresentados pela Direcção Geral da Administração Local permitem concluir que, olhando aos “resultados” de 2004, Soure, Concelho da Região Centro, apresentou a melhor recuperação do país. A Direcção Geral não o diz, deixa que isso se leia e muitos articulistas fizeram-no, por muito que isso não lhe agrade, com base em elementos

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

facultados pela Direcção Geral; aliás foi extraída essa conclusão por muitos órgãos de comunicação social nacionais.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “a Direcção Geral não disse, disse Vossa Excelência que a Direcção Geral disse...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “eu disse fundamentado em dados da Direcção Geral que, em termos de capacidade disponível para recurso ao endividamento com base nos resultados de 2004, Soure foi um dos cinco e foi o melhor, não sou eu que o digo, são os resultados que o evidenciam. Agora, evidentemente, aquilo que deve fazer o Senhor Vereador é pedir esses elementos à Direcção Geral e tentar perceber se os articulistas da área de economia estão a mentir ou não.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “o Senhor Presidente afirmou que a Direcção Geral disse e disse algo do género: de acordo com o resultado verificado nos Municípios em 2004, constatou-se que Soure foi um dos cinco Concelhos, dizem eles, a Direcção Geral...”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “evidenciam os dados facultados pela Direcção Geral... se é uma questão de Português, corrigimos, agora o que é quer dizer com isso? Que é mentira?... Estamos a apreciar uma Proposta de Contratação de um Empréstimo... o Senhor Vereador ouve como eu o ouço... está convencido que está num patamar de comportamento que o torna... em matéria de patamares de comportamento... lá chegaremos... aqui temos a mesma legitimidade democrática... só lhe agradam más notícias!!! Há dados da Direcção Geral e, evidentemente, perante os mesmos os articulistas fazem a leitura que quiserem... a Direcção Geral não tem que fazer comentários sobre dados objectivos. Se eu disse a Direcção Geral disse, evidentemente que o diz não dizendo porque publica os dados e se eles permitem essa leitura, está a dizê-lo. Se me está a perguntar se o disse, não, não o disse, publicou elementos nos quais isso é “dito”...

Este ponto não é sobre o que a DGAL diz ou deixa de dizer, o que a DGAL diz está no documento que lhe foi distribuído... estamos a debater uma proposta concreta... ouvir também a sua opinião e, no momento próprio, a sua votação. De maneira que o que a DGAL diz ou deixa de dizer... nem vou alimentar essa discussão.”

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “o Senhor Presidente pode não alimentar o que quiser mas permita-me que diga que utilizou esta argumentação em vários fóruns e que eu não vejo retratada na Direcção Geral; confesso que a maneira como o ouvi falar nesta situação, fiquei com a ideia que me tinha escapado algum documento da DGAL porque, naturalmente, o Senhor Presidente falou de uma maneira enfática que a Direcção Geral constatou...”

O Senhor Presidente referiu que: “não estou a debater a comunicação da Direcção Geral... não me interessa nem deixa de me interessar, sabe porquê? Porque a sua preocupação é enfatizar qualquer questão negativa. Sempre que um resultado é inequivocamente positivo para o Concelho, isso preocupa-o. Já todos percebemos que o que é notícia para si é o negativo... mas o Senhor Vereador está confrontado com uma proposta concreta; sobre ela vota a favor, contra ou abstém-se e emite as opiniões que entender; agora, como deve imaginar, se quiser, amanhã propõem-me a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos sobre o que é que DGAL pensa ou deixa de pensar sobre a recuperação do endividamento disponível em 2004, sobre isso pegamos nos elementos e discutimos, se é que há alguma coisa para discutir...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “aquilo que eu constato é que a Direcção Geral não disse nada daquilo que o Senhor Presidente disse que a Direcção Geral disse...”

O Senhor Presidente referiu que: “a Direcção Geral comunica que nós temos um endividamento disponível de 1.005.275,00 euros, mas que no ano de 2006, com base nos resultados de 2004, verifica-se que apenas cinco Concelhos recuperaram e que a melhor recuperação foi a de Soure. Isso não tem absolutamente interesse nenhum, compreendo o seu desinteresse nisso...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “o Senhor Presidente utiliza, para basear a sua argumentação, uma coisa que não existe.”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhor Vereador, em matéria de mentira conheço-o bem. A Direcção Geral, com base em elementos que resultam das amortizações feitas em 2004, publicou quais passaram a ser os Municípios que, não tendo capacidade, a passaram a ter... dessa listagem, tirando os que já lá estavam, apenas cinco a passaram a integrar, e Soure teve a melhor recuperação. O Senhor Vereador se quiser fazer essa leitura faz, se conseguir fazer uma diferente faz, agora

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

há uma coisa que eu lhe garanto, é que eu nunca agitarei um qualquer papel a dizer que é uma coisa e é outra, nós não somos iguais...

Há uma proposta concreta, sobre ela o Senhor Vereador emite a sua opinião e nós respeitamo-la.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “eu quis fundamentar a opinião que vou ter exactamente na expressão pública, que Vossa Excelência dá uma informação que não tem e nunca viu em lado nenhum...”

O Senhor Presidente referiu que: “não é verdade, a Direcção Geral tem uma listagem de todos Municípios com a capacidade de endividamento disponível e se a comparar com a listagem anterior verifica que só mais cinco passaram a ter acesso e desses cinco é o Concelho de Soure que apresenta melhor resultado. De maneira que pare de tentar dizer que aquilo que existe não existe.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “a situação que está em apreço é a seguinte: em termos práticos, o Senhor Presidente propõe que aprovemos a assunção, por parte da Câmara, do Empréstimo a Médio/Longo Prazo para investimento, mas vistas as obras a que Vossa Excelência se propõe vimos que elas já estão feitas. Foram feitas, naturalmente, em tempo preciso e definido e devo recordar que, nomeadamente, a Remodelação das Piscinas ao Ar Livre de Soure, a Nova Extensão de Saúde de Vinha da Rainha, a Construção da Extensão de Saúde das Freguesias de Degraças/Pombalinho ou até a Ligação da Estrada de Tapeus ao IC 2 foram feitas em tempo recorde com intuítos pré-eleitorais como é bom de ver. As obras foram feitas e agora está a passar-se a mensagem de que o Município de Soure vai fazer um empréstimo para grande desenvolvimento de grandes matérias para o futuro, grandes obras, grandes iniciativas, quando depois vamos ver as obras elas já estão feitas.

Em boa verdade, trata-se de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo com efeitos retroactivos, isto é, no nosso ponto de vista, uma matéria que nos preocupa, ou seja, estamos a fazer um empréstimo não com uma perspectiva de futuro mas com um pagamento do passado, esta é a verdade, estamos a pagar obras feitas. No Desporto e Tempos Livres aparece Construção de Outros Polidesportivos que nem dizem quais são, se vai haver, nem onde é que eles ficam! Aquilo que nos preocupa é o endividamento da Câmara Municipal. Obviamente que não fazemos as apreciações que Vossa Excelência faz das cartas que recebe das Direcções Gerais mas isso já vimos que não vamos continuar por aí.

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Agora o que nos oferece dizer sobre esta matéria é o seguinte: não vamos, e digo isto com toda a sinceridade, impedir que este empréstimo não seja feito porque aquilo que queremos é que seja pago aos fornecedores que fizeram os investimentos e que até agora ainda não viram um euro. Por isso guardaremos o sentido de voto para quando nos solicitar, mas aquilo que nos oferece dizer sobre esta matéria é exactamente isto que acabei de dizer.”

O Senhor Presidente referiu que: “em primeiro lugar, a lei define claramente o que são Empréstimos de Médio/Longo Prazo. Os Empréstimos de Médio/Longo Prazo podem-se fazer para dois tipos de objectivos diferentes: saneamento financeiro para trocar dívida já existente a fornecedores antiga ou para apoio ao investimento. O único efeito objectivo seria a duração da operação, de resto ambos são Empréstimos de Médio/Longo Prazo e qualquer um deles seria possível. Acontece que nesta escolha que fizemos tratam-se de investimentos, alguns concluídos ou quase, outros em curso e por isso estão no Plano Plurianual de Investimentos de 2006, ou seja, mesmo que estejam concluídos são efectivamente dívidas de investimento, não é de fornecimentos, com uma durabilidade em que se adequa a duração dos capitais à amortização do imobilizado, aliás, a amortização destes imobilizados, na sua maioria é de 50 anos, o empréstimo é de 20 anos. O que acontece é que, como o Senhor Vereador viu e sabe porque era Deputado Municipal, durante o Mandato anterior amortizámos quase três milhões de euros em termos bancários e estando a $\approx 52\%$ do limite da capacidade de endividamento, por decisão da então Ministra Dra. Manuela Ferreira Leite, que já percebemos que o Senhor Vereador não segue porque é Social Democrata e ela não, os nossos $\approx 52\%$ passaram a significar $\approx 104\%$... resultou daí que tivemos que fazer investimentos sem poder recorrer a instrumentos que no início do mandato estavam definidos como legais e possíveis.

De maneira que, Senhor Vereador, quando diz que são pagamentos de passado sem perspectivas de futuro é uma frase que não faz sentido e vou-lhe explicar porquê. Se a Câmara Municipal contratar um milhão de euros e com esse milhão de euros pagar meia dúzia de investimentos que acabou de fazer e outros que ainda está a fazer ou só pagar os vindouros, em termos de tesouraria, o que se pretende é não “estrangular” a Tesouraria de Dinheiros de curto prazo com investimentos de médio/longo prazo.

Estamos a cumprir com tudo aquilo que a lei determina e o pagarmos investimentos em curso, recentemente concluídos... sabe que essa história de tempo recorde, ano de eleições... para nós todos os anos são anos de eleições, o

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 16 de Junho de 2006*

Senhor Vereador é que dificilmente saberá o que é isso porque não sei se algum dia ganhará eleição alguma. O Senhor Vereador durante muito tempo gostava, gostava, aplaudia e votava... agora o seu problema é que nunca conseguirá explicar isso a ninguém!!! mas mais, vamos todos ficar à espera que se um dia, por milagre, a maioria dos munícipes confiarem em si... para vermos todos qual seria a sua gestão... se calhar, passaria quatro anos a dizer que tinha tido uma pesada herança...

Questão dos fornecedores... a última coisa que o preocupa é a questão dos fornecedores. Em matéria de fornecedores o que lhe interessaria era poder dizer: não pagam a fornecedores, aquilo está tudo desregulado... o Senhor Vereador usou e abusou disso, ou se não usava, pelos vistos, mandava outros fazê-lo e não tem problema nenhum sobre isso, já percebemos todos como é a sua forma de estar na política. Agora, a questão que se coloca é esta: isto nem sequer diz respeito a fornecedores no sentido de fornecimento, isto diz respeito a obras de investimento e o que tem é efeitos directos na Tesouraria para que esta fique disponível para o chamado pagamento de fornecimentos de curto prazo. Se, porventura, a avaliação dos resultados de 2005 provocar novo rateio que nos seja favorável, utilizaremos outra vez essa possibilidade porque, ainda assim, não compensaremos o facto de nos últimos quatro anos termos tido necessidade de amortizar três milhões de euros, sem poder contratar nada à Banca, porque alteraram as regras do jogo e não nos deixaram pedir emprestado, porque estávamos a 52% e... puseram-nos a 104%!!! isso é que foi absolutamente inadmissível, inqualificável para esta e para as Autarquias que tinham feito a sua gestão na base de um conjunto de regras que depois foram alteradas logo após o início do mandato anterior.

Esta é uma proposta baseada nos termos da lei.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a proposta de contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo para aplicação em investimento. -----